

Susana Paula Mendes Pereira Basilio

**Relatório de Atividade Profissional
Mestrado em Gestão do Território
Área de Especialidade-Planeamento e
Ordenamento do Território**

Julho, 2012

Relatório de Atividade Profissional apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território, Área de Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor José Afonso Teixeira

À minha família, a quem devo o que sou hoje
Ao André e ao Rodrigo,
com quem aprendo todos os dias, noutro universo

AGRADECIMENTOS

O momento de redigir estas palavras correspondeu a uma satisfação por ter finalizado esta tarefa, mas coincidiu com o receio de injustamente, esquecer de mencionar algum nome. De qualquer modo, dirijo os agradecimentos a quem direta ou indiretamente, colaborou comigo nesta etapa mas também a algumas pessoas que marcaram o meu percurso profissional e académico e contribuíram para a minha maturidade individual e técnica:

ao Professor José Afonso Teixeira, a quem devo os conselhos e sugestões, cabendo-lhe a tarefa de me ajudar a separar o essencial do acessório, num modelo de relatório que se pretende inovador e de qualidade

ao Professor José António Tenedório, pelas suas palavras de incentivo e generosidade, depositando em mim a confiança necessária para conduzir esta tarefa

à Professora Margarida Pereira, que me contagiou, desde a Licenciatura, com a sua “inquietação” e com a sua força de acreditar que o planeamento do território é possível, e que ao geógrafo cabem responsabilidades acrescidas neste domínio

à Dr^a Deolinda Costa, que admiro pelo trabalho e dedicação que deposita há largos anos na Divisão de Informação Geográfica e no Município da Amadora, constituindo uma referência no reforço e consolidação dos meus conhecimentos técnicos

à equipa da Divisão de Informação Geográfica, por beneficiar das qualidades técnicas dos seus membros

aos meus colegas do Departamento de Administração Urbanística, que contribuíram para enriquecer a minha formação inicial com a prática profissional

à Câmara Municipal da Amadora, que criou as condições favoráveis à formação profissional e académica dos seus funcionários

às minhas amigas Cristina e Anita, destinadas a estar presentes nas aventuras da minha vida

RELATÓRIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

SUSANA PAULA MENDES PEREIRA BASILIO

RESUMO

Atualmente são muitos os desafios que se colocam a um técnico com formação académica em geografia e planeamento regional.

Desenvolvendo todo o seu percurso profissional num Município, a aluna cedo se consciencializou do papel preponderante que as Autarquias Locais desempenham no ordenamento do território, em particular num território como a Amadora, contíguo à Capital do País e que integra o núcleo central da Área Metropolitana de Lisboa, profundamente influenciado pelos fenómenos espaciais que ocorrem à escala municipal e supramunicipal.

Foi neste contexto, que a candidata cresceu no plano individual e técnico, procurando responder aos desafios que lhe foram sendo colocados em domínios tão vastos como: o ordenamento do território e urbanismo, a reabilitação urbana, os sistemas de informação geográfica, o ambiente, a proteção de riscos. O Relatório de Atividade Profissional reflete um percurso profissional de mais de dez anos de trabalho, determinado naturalmente, pelas competências dos serviços municipais em que exerceu funções relacionadas com a sua área de formação e enquadradas pela moldura legal que regula as atribuições dos municípios.

Motivada pelo rigor e exigência, recorreu ao Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, instituição reconhecida pelos elevados padrões de qualidade de ensino, onde se licenciou e frequentou a componente letiva do Mestrado em Gestão do Território, ainda antes da reforma de Bolonha.

Regressa com frequência à academia, na procura de respostas adequadas a questões singulares que vão surgindo a um ritmo muito intenso, aplicando metodologias, instrumentos e técnicas recentes, que só o universo académico pode proporcionar.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia e Planeamento Regional, Município, Ordenamento do território, Autarquias Locais, Amadora, Relatório de Atividade Profissional

PROFESSIONAL ACTIVITY REPORT

ABSTRACT

Currently there are many challenges facing the technician with a degree in geography and regional planning.

Developing the whole career in one Local Authority, the student soon become more aware of the important role that local governments play in land management, particularly in a territory such as Amadora, contiguous to the capital of the country and integrating the core of the Metropolitan Lisbon Area, deeply influenced by the spatial phenomena that occur at the local and under regional scales.

In this context, the candidate grew up in the individual and technical, trying to respond to the challenges that were being placed in areas as vast as the land use planning and urban design, urban regeneration, the geographic information systems, the environment, the protection risks. The Professional Activity Report reflects a professional career of more than ten years of work, given of course, for the powers of municipal services that exercised functions related to their area of training and supported by the legal framework that regulates the powers of municipalities.

Motivated by the rigor and demands, appealed to the Department of Geography and Regional Planning, of Social Sciences and Humanities College, an institution recognized by the high standards of education, where she graduated and attended the taught component of the Masters in Territorial Management, even before the Bologna reform.

The students returns often to the university, looking for adequate answers to natural questions that arise at a very intense rhythm, applying methodologies, tools and latest techniques, that only the academic universe can provide.

KEYWORDS: Geography and Regional Planning, Local Authority, Spatial Planning , Amadora, Local Authorities, Professional Activity Report

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	1
II.ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL.....	1
III. METODOLOGIA.....	3
IV. UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DE PLANEAMENTO NO MUNICÍPIO	4
V. A DIVISÃO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E O SEU PAPEL CENTRAL NA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO	10
VI. RELATÓRIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL.....	12
VI.1. DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS MAIS RELEVANTES.....	17
VI.1.1 Recolha de informação	18
VI.1.2. Estudos de caracterização	23
VI.1.3. Ordenamento do Território	27
VI.1.4. Avaliação e Monitorização	29
VI.1.5. Urbanismo Comercial.....	38
VI.1.6. Candidaturas	43
VI.1.7. Reabilitação Urbana.....	48
VI.2. NOMEAÇÕES PARA GRUPOS DE TRABALHO MULTIDISCIPLINARES.....	50
VI.3. RELAÇÃO ENTRE A CMA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NA ORIENTAÇÃO DE TRABALHOS/ESTÁGIOS.....	52
VI.4.ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E APRESENTAÇÕES NO ÂMBITO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL....	57
VI.5. ATIVIDADE PROFISSIONAL COMO FORMADOR.....	59
VI.6. NOMEAÇÃO PARA JÚRIS DE CONCURSO	60
VII. FREQUÊNCIA DO MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO NA MODALIDADE PRÉ-BOLONHA	60

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
X. ANEXOS	i
X.1. Objetivos do curso de Mestrado em Gestão do Território, na área de especialização de Planeamento e Ordenamento do Território	i
X.2. Conteúdo funcional da carreira de geógrafo.....	ii
X.3. Competências da Divisão de Informação Geográfica do Município da Amadora.....	iii
X.4. Formação profissional	vi
X.5. Participação em Seminários/Congressos/Conferências	viii
X.6. Certificados de presença em Congressos como comunicadora	xi

LISTA DE ABREVIATURAS

ACRRU- Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística

AI- Área de intervenção

ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses

APA-Agência Portuguesa de Ambiente

ARU-Áreas de Reabilitação Urbana

AUGI-Área Urbana de Génese Ilegal

CCDRLVT-Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CF- Coordenador de Freguesia

CMA- Câmara Municipal da Amadora

CRUP- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

DAG-Departamento de Administração Geral

DAU-Departamento de Administração Urbanística

DGE-Direção Geral de Empresa

DGOTDU-Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGU- Divisão de Gestão Urbanística

DIG-Divisão de Informação Geográfica

DM- Delegado Municipal

DPU- Divisão de Planeamento Urbanístico

DRPHP-Divisão de Requalificação do Parque Habitacional Privado

DSU-Departamento de Serviços Urbanos

ETVO- Estação de Tratamento de Valorização Orgânica

FL/UL- Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

IA- Instituto do Ambiente

IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional

IGT- Instrumentos de Gestão Territorial

INE- Instituto Nacional de Estatística

IST-CESUR- Instituto Superior Técnico- Centro de Sistemas Urbanos e Regionais

LBOTU- Lei de Base do Ordenamento do Território e Urbanismo

MTSS- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

PDM-Plano Diretor Municipal

PMOT-Planos Municipais de Ordenamento do Território

PNPOT- Programa Nacional da Política de Ordenamento Território

PP-Plano de Pormenor

PROCOM- Programa de Apoio à Modernização do Comércio

PROTAML- Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

PU- Plano de Urbanização

PUC- Programa de Urbanismo Comercial

RAP- Relatório de Atividade Profissional

RE- Recenseador

RECRIA- Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RECRIPH- Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

REOT-Relatório de Estado de Ordenamento do Território

RJIGT- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

SCF- Subcoordenador de Freguesia

SIG-Sistemas de Informação Geográfica

SOLARH - Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação da Habitação

TIC- Tecnologias e Sistemas de Informação

URBCOM- Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo a obtenção do grau de Mestre, e enquadra-se no Despacho nº10/2011, sobre a adoção pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da recomendação do CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) relativa à aquisição do grau de Mestre pelos licenciados Pré-Bolonha. O nº2 do referido Despacho prevê que os licenciados pré-Bolonha que pretendam obter o grau de Mestre num curso de 2ºciclo que se situe na mesma área científica da sua licenciatura e que possua mais de cinco anos de experiência profissional, possam requerer a creditação automática na componente letiva. Na componente não letiva poderão apresentar o relatório detalhado sobre a sua atividade profissional e disporão de 6 meses para o fazer, o qual será avaliado em provas públicas.

Uma vez que a creditação automática foi aprovada pelos serviços de Creditação da FCSH, mediante a apresentação do certificado de licenciatura e do curriculum profissional, pretende-se apresentar e discutir em formato de relatório, a formação adicional e as competências profissionais obtidas num período de dez anos de atividade profissional da candidata.

II. ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

O Relatório da Atividade Profissional pretende sintetizar a prestação profissional de um Geógrafo, que desempenha funções num Município da Área Metropolitana de Lisboa, num contexto de exigência crescente no domínio do planeamento e ordenamento do território.

A Lei nº 159/99, de 14/9, que estabelece o quadro de transferência das atribuições e competências das Autarquias Locais, prevê no Artº 13º, entre outras atribuições, as relacionadas com o ordenamento do território e urbanismo, domínio que, por sua vez, surge detalhado no Artº 29º, destacando-se as alíneas a) e d) que referem respetivamente, a elaboração e aprovação de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e a aprovação de operações de loteamento.

A Lei nº 48/98 de 11/8 estabelece as Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOUT). Por sua vez, o DL 380/99, de 22/9, com as

alterações introduzidas pelo DL 316/2007, de 19/9 e DL 46/2009, de 20/2, desenvolve a LBOTU e estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT) e define, o regime geral do uso do solo, o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e local do sistema de gestão territorial, o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos IGT.

O nível municipal compreende os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), de natureza regulamentar, que vinculam entidades públicas e privadas, elaborados e aprovados pelos Municípios. Sucintamente, definem a política municipal de gestão territorial de acordo com as diretrizes estabelecidas nos planos de nível hierárquico superior, estabelecem o regime de uso e qualificação do solo e os parâmetros de ocupação.

A LBOTU introduz um aspeto inovador, que coloca a tónica na utilidade de avaliar o resultado da aplicação das políticas de ordenamento do território nos três âmbitos da Administração, estabelecendo a elaboração periódica de relatórios que podem, eventualmente, fundamentar a revisão ou alteração dos instrumentos. No âmbito municipal, surge a figura do relatório de estado de ordenamento do território (REOT), de elaboração obrigatória de dois em dois anos, a sujeitar à aprovação da Assembleia Municipal.

Por outro lado, a disseminação da utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) nos Municípios e a exploração das suas potencialidades como repositório de dados multi-sectoriais e instrumento de apoio à avaliação e monitorização dos planos, criou a necessidade de fixar regras na recolha, estruturação, integração e disponibilização de informação georeferenciada. Assim, o RJIGT faz depender a eficácia dos instrumentos de gestão territorial e a sua avaliação, da qualidade da informação cartográfica de base, desenvolvendo uma sistema integrado e harmonizado destinado a promover os sistemas públicos de informação territorial.

Por fim, importa referir a transformação urbanística de iniciativa privada, que se encontra regulamentada pelo regime jurídico da urbanização e da edificação – DL nº555/99 de 16/12 com redação dada pelo DL nº 26/2010 de 30/3 (RJUE). Neste regime jurídico destacam-se os artº 43º e 44º que se referem à reserva de áreas

destinadas à utilização coletiva resultantes do licenciamento de operações de loteamento.

É neste contexto, de grande dinamismo, que temos assistido a um reforço na valorização das competências dos geógrafos, em especial dos que desempenham funções no poder local. (anexo X.1.)

Neste sentido, face às atribuições reconhecidas aos Municípios no domínio do planeamento e ordenamento do território e aos desafios crescentes colocados a um profissional de geografia na Administração Local, pretende-se com a apresentação deste relatório, apresentar e discutir de forma detalhada as competências profissionais adquiridas/desenvolvidas pelo candidato a Mestre em Gestão do Território, durante dez anos a exercer funções no Município da Amadora.

A experiência profissional do candidato enquadra-se nos objetivos do Mestrado em Gestão do Território, na área de especialização de Planeamento e Ordenamento do Território, que consta no Despacho nº10607/2009 publicado na 2ª Serie do Diário da República nº79 de 23/04/2009. (anexo X.2.)

III. METODOLOGIA

Neste âmbito a candidata, partindo do seu *Curriculum Vitae*, pretende enunciar as tarefas desenvolvidas em dois momentos diferentes da sua carreira enquanto Geógrafa no Município da Amadora:

- em primeiro lugar, enquanto secretária da Direção do Departamento de Administração Urbanística, onde lidou de perto com as questões do licenciamento urbanístico e com a componente de interpretação das peças que compõem o PDM; no fundo o trabalho focalizava-se no domínio da Gestão Urbanística;
- em segundo lugar, a passagem para a Divisão de Informação Geográfica, com competências próprias no que respeita a estudos de caracterização/diagnóstico, estudos sectoriais de planeamento, programação de equipamentos, avaliação de instrumentos de gestão territorial, recolha armazenamento e tratamento de dados para a criação/manutenção do Banco de Dados Geográficos, produção de cartografia etc; neste domínio destacam-se as tarefas relacionadas com o Ordenamento e Planeamento Urbano e os Sistemas de Informação Geográfica.

Com os critérios metodológicos definidos, pretende-se apresentar e discutir publicamente um relatório organizado de acordo com as competências profissionais adquiridas nos dois serviços municipais, obedecendo a uma estruturação por domínios e uma ordem cronológica.

A formação profissional em contexto de trabalho, considerada relevante, será referida como um elemento complementar, de reforço de competências, que acompanhará as áreas de responsabilidade.

Por fim, não podemos deixar de referir o facto de ter frequentado a componente letiva do Mestrado no mesmo ramo de especialização para o qual se está a candidatar, numa formato anterior ao modelo de Bolonha agora em vigor, representando, na nossa perspetiva, uma mais-valia no seu desempenho e que irá refletir-se no Relatório de Atividade Profissional (RAP). Com efeito, volvidos cinco anos após a licenciatura, a candidata decidiu prosseguir os estudos académicos, consolidando e atualizando conhecimentos, ao mesmo tempo que enriquecia a prática profissional.

Esta dialética entre o suporte teórico da Universidade e a praxis profissional tem sido uma constante ao longo dos dez anos de atividade no Município, recorrendo com frequência ao apoio prestado, pelos docentes do Departamento de Geografia, ao abrigo do Protocolo de Colaboração existente entre o Município da Amadora e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

IV. UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DE PLANEAMENTO NO MUNICÍPIO

O Plano Diretor Municipal muito “amarrado” ao Regulamento e à Planta de Ordenamento,¹ foi sempre usado como instrumento normativo, de regulação do uso e transformação do solo, através das respetivas capacidades de edificabilidade, e muito pouco como documento estratégico. Causava e ainda causa, perplexidade o desconhecimento interno do Relatório, do Modelo de Desenvolvimento e dos Objetivos Estratégicos, que deveriam nortear a atuação do Município: *do conteúdo documental do Plano Diretor Municipal, apenas o regulamento e as plantas são*

¹ Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 44/94, de 22/6 DR I Série -B nº142

*efetivamente relevantes para os Municípios, sendo os restantes documentos que os acompanham votados ao esquecimento.*²

Não se pretende efetuar juízos de valor sobre ninguém em particular, apenas constatar fatos que derivam, em certa medida, das próprias opções políticas tomadas nas etapas subsequentes à publicação do Plano. Desde logo, pela extinção do Gabinete do PDM: o desmembramento da equipa técnica, profundamente conhecedora do território, dos seus constrangimentos e das opções estratégicas a seguir com vista à implementação dos Modelos de Desenvolvimento e de Ordenamento preconizados, condicionou a realização de estudos detalhados em determinados domínios e áreas do Município, conforme previsto no PDM.

A inversão dos pressupostos do Plano Diretor ocorre pouco depois da sua publicação, uma vez que em 1998 surge um Plano de Pormenor que alterou definitivamente os objetivos estratégicos delineados no PDM para uma área coincidente com uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão-PP da Serra de Carnaxide³. A intenção de criar aí um espaço diferenciador no contexto municipal, de concentração de atividades de comércio e serviços de nível superior, fomentando a localização de empresas e emprego, perdeu expressão, em detrimento da função residencial.

O espaço sobranste, destinado a equipamentos (fora dos limites dos loteamentos previstos) e que ainda poderia servir para captar investimentos, reforçando a competitividade do território, ainda se encontra por realizar, demonstrando outra vulnerabilidade do processo de planeamento: a gestão do cadastro.

Não basta delimitar áreas e atribuir-lhe usos, deixando de fora os atores principais, que podem inviabilizar, total ou parcialmente, as intenções do processo de planeamento: os proprietários dos terrenos constituem um destes grupos de atores. Parte da concretização desejável do Plano está fora da esfera de competência municipal e relaciona-se com o desenho das parcelas cadastrais e com as expectativas

² Galvão, S. (2008)- “Repensar o Planeamento Local: Que Soluções para a Rigidez das Normas dos Planos Municipais” citando S. Pardal, comunicação apresentada no Encontro sobre os 10 anos da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo, AdUrbem, 2008

³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/98, DR I Série-B, N.º 192, de 21/08/1998

de rentabilidade da propriedade, especialmente num Município como a Amadora, que face à sua posição privilegiada de contiguidade e forte acessibilidade à Capital, não fica indiferente à valorização do solo urbano.

Mas este exemplo do PP da S^a de Carnaxide mostra ainda como a situação de partida se pode inverter, com a passagem de um ciclo expansionista para um ciclo de retração do mercado imobiliário, refletindo-se na perda de solidez financeira das empresas ligadas ao ramo da construção civil, na capacidade económica das famílias e no papel da banca no financiamento à habitação. Atualmente, um dos loteamentos encontra-se com lotes por edificar e obras de urbanização por concluir, obrigando o Município a assumir os encargos com a finalização das mesmas (execução de arruamentos e arranjos exteriores). Os restantes loteamentos, embora parcial ou totalmente infraestruturados, encontram-se por realizar.

A utilização do PDM como instrumento de gestão do solo, colocou o Município numa posição reativa, condicionada à iniciativa dos promotores, das suas estratégias e ritmos de atuação, com consequências diretas no território ⁴. A sua ação limitava-se a comparar a conformidade dos loteamentos com os índices urbanísticos previstos no Plano, não podendo deixar de sublinhar, contudo, que a maioria das urbanizações concretizadas nos últimos anos, espelham uma melhoria significativa na qualidade do desenho urbano e nos espaços públicos que oferecem, constituindo-se elas próprias um fator de inversão da imagem suburbana associada ao território. Apesar de coincidente com um dos objetivos do Modelo de Desenvolvimento, esta valorização da qualidade, resulta, na nossa opinião, mais das orientações preconizadas no projeto político para a Cidade, do que propriamente pela inversão da leitura e aplicação do PDM.

A ausência de uma política de programação das áreas de expansão (representadas em Planta de Ordenamento, por exemplo, segundo um critério de prioridade ou de contiguidade ao espaço urbano já infraestruturado), repercute-se no território e nos problemas de (des)ordenamento/fragmentação atuais, com a construção de grandes urbanizações dispersas, apoiadas na melhoria das acessibilidades, mas que constituem espaços onde o comércio e os serviços de

⁴ Margarida Pereira- “Os próximos desafios do planeamento municipal”, *Geolnova*, nº7, 2003

proximidade têm dificuldade de se afirmar como gerador de centralidades, com pouca ou nenhuma vivência urbana diária.

A desadequação entre a denominação, as competências e a prática da Divisão de Planeamento Urbanístico, comprova as afirmações anteriores. A sua atuação estava limitada a avaliar a conformidade das informações dadas pelos técnicos que apreciavam projetos da gestão urbanística, ao passo que a Divisão de Gestão Urbanística, tinha competências dirigidas para a fiscalização. Esta estrutura foi corrigida com a aprovação da nova estrutura orgânica, mas a essência do planeamento, na perspetiva da estratégia, continua idêntica, uma vez que a nova Divisão direciona o seu trabalho, reconhecido como muito meritório, na procura de soluções orientadas para qualificação do desenho urbano, sustentadas em estudos urbanísticos.

A transição do DL 69/90, de 2 de Março, para o novo regime enquadrado pelo DL 380/99, de 22 de Setembro, revestiu-se de um carácter mais estável: o Plano Diretor Municipal ratificado e publicado em DR em 1994 só esgotando o seu horizonte temporal em 2004, não criava grandes inquietações no imediato.

Pelo contrário, o novo regime jurídico, ao prever a figura da alteração de regime simplificado e da suspensão parcial, possibilitou ao Município introduzir alterações na Planta de Ordenamento e no Regulamento do Plano Diretor Municipal. A redefinição do traçado da rede viária na área a norte do Município justificou a proposta de alteração da Planta de Ordenamento, a nova forma de cálculo dos parâmetros de estacionamento e as novas redações dadas a artigos referentes à gestão urbanística (definições) fundamentaram a alteração do Regulamento.

Face a circunstâncias excecionais, o Município recorreu à suspensão parcial do PDM⁵ numa determinada área do território, permitindo a instalação de um equipamento de tratamento e valorização orgânica de resíduos sólidos urbanos (ETVO) de nível multimunicipal, ultrapassando a incompatibilidade com as disposições do Plano em vigor para a mesma área.

⁵ Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2004 DR I Série-B Nº 41, de 18/02/2004

Segundo J. Ferrão, o atual sistema de planeamento tem sido desvirtuado, através de alguns fatores, sendo que um deles é o recurso a instrumentos que permitem contrariar a rigidez da normativa dos Planos: *todos reconhecemos que os planos são rígidos e que essa rigidez tem justificado o recurso generalizado a procedimentos de exceção – como a suspensão parcial dos PDM – que, infelizmente, por tão frequentes que são, quase se tornaram normais. A esta rigidez temos que contrapor flexibilidade e diferenciação. Flexibilidade, para que os planos possam acolher dinâmicas de evolução sem alterar as orientações estratégicas assumidas nesses planos*⁶.

Noutro registo, mas ainda a propósito da rigidez, J. Gonçalves⁷ defende que o protagonismo dos IGT no domínio do planeamento do desenvolvimento de base local, em particular na figura do PDM, tem sido desprovido da sua componente estratégica, arredada para outros programas setoriais que incidem sobre o território mas fora da lógica formal dos planos (estudos estratégicos). A informalidade destas figuras, permite responder às transformações e estímulos vindos do exterior que não se compadecem com ciclos de planeamento de 10 anos e com a normativa que caracteriza os instrumentos de gestão territorial. A discussão centra-se em torno da sua vocação limitada ao planeamento territorial, deixando o planeamento do desenvolvimento para outros instrumentos de carácter operativo, mais objetivos, mais flexíveis e capazes de antecipar oportunidades.

O Município beneficiou de um contexto favorável da Política Comunitária (QCA's e QREN)⁸, colhendo apoios financeiros mediante a candidatura a projetos destinados à requalificação e valorização das periferias dos grandes centros urbanos. Estes projetos, apesar de ancorados numa forte componente imaterial (infraestruturas, equipamentos, etc.) também previam um vasto leque de ações imateriais, determinados a apostar no desenvolvimento económico e social das áreas de intervenção (formação profissional, auto-emprego, empreendedorismo etc.) e na constituição de parcerias de base local. Assim, somos levados a admitir que o PDM,

⁶ João Ferrão, intervenção na II CONFERÊNCIA “Ordenamento do Território e Revisão dos PDM’S”, 2006

⁷ Jorge Gonçalves “Colmatar a deriva urbanística do planeamento municipal: remediação ou oportunidade?”, *Infogeo*, nº24, 2009

⁸ URBAN I, URBAN II, PROQUAL, Parcerias para a Regeneração Urbana

apesar da componente estratégica que o diferencia, vê o seu campo de ação circunscrito à delimitação de usos, necessitando de recorrer a instrumentos de outra natureza para o operacionalizar, nomeadamente na vertente económica. Podemos referir outros casos como o PUC da Amadora, o Estudo de Revitalização da Zona Centro, a Estratégia de Reabilitação Urbana, cada um com objetivos concretos mas à margem da formalidade dos IGT.

A ação municipal deparou-se desde a instituição do Município com um conjunto de constrangimentos que forçaram a hierarquização de prioridades e obstaram à concretização imediata de ações, designadamente: o subequipamento crónico, a ausência de uma bolsa de terrenos municipais que permitisse à Câmara antecipar a resolução de alguns problemas ou a realização de investimentos e a permanência de carências habitacionais graves em virtude do número, dimensão e dispersão de bairros de habitação degradada (o adiamento da adesão ao Programa Especial de Realojamento perpetuou no espaço e no tempo a erradicação de barracas com a consequente libertação de terrenos).

O recurso aos IGT também constituiu uma forma de ultrapassar estes constrangimentos, designadamente com a elaboração do Plano de Urbanização da Amadora Zona Nascente (PUAZN)⁹. A execução do PUAZN deveu-se à necessidade de ordenamento da área, tendo como motivos mais próximos a urgência de criação de áreas urbanizáveis destinadas à programação de realojamento e habitação social, bem como de infraestruturas e equipamentos adequados.

O Município viu-se forçado a aguardar pelo preenchimento da planta de ordenamento, nas classes vocacionadas para a ocupação urbana para, aplicando o regulamento, criar áreas destinadas a equipamentos e espaços verdes. Atualmente estão por elaborar alguns planos de pormenor na classe de espaço Verde Urbano de Proteção e Enquadramento que resultam de alvarás de loteamento licenciados nos últimos anos¹⁰. Outros, porém, encontram-se em elaboração e podemos afirmar que, destes, uma parte significativa, não obstante incidirem sobre a estrutura verde,

⁹ Declaração nº 256/2001 DR II Série Nº 196, de 24 de Agosto de 2001

¹⁰ O Artº 36º do Regulamento do PDM faz sujeitar a classe de VUPE à elaboração de Plano de Pormenor total ou parcial.

pretendem suprimir o subequipamento que persiste, com novas valências, nomeadamente ao nível da saúde e da 3ª idade.

Em 2007 a DIG apresenta o Relatório de Estado do Ordenamento do Território da Amadora. Embora dispensado da sua elaboração¹¹, o Executivo entendeu ser útil conhecer o território resultante da aplicação do Plano e fazer o ponto da situação do estado de ordenamento do território com a finalidade de: cumprir a obrigação de elaborar o documento nos termos do n.º 3 do artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro; proceder, de acordo com o n.º 3 do artigo 6.º do regulamento do PDM; identificar, a partir do modelo de ordenamento do PDM e dos seus principais objetivos, as concordâncias e ou discordâncias com o território produzido no seu horizonte temporal.

A apresentação pública do REOTA contou com a presença do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, João Ferrão, e a sua intervenção terminou com um desafio ao executivo municipal, referindo, na sua perspetiva, quais as linhas de orientação estratégicas que deveria nortear o próximo PDM: contenção dos perímetros urbanos, requalificação urbana e eficiência energética.

V.A DIVISÃO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E O SEU PAPEL CENTRAL NA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Os conhecimentos adquiridos na licenciatura, abriram espaço para a reflexão crítica sobre a atuação do Município e a sua relação com o território, com os instrumentos de planeamento e com os particulares, mas consolidou-se com a passagem para o Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica.

Primeiro com a designação de Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica, a funcionar na dependência do Departamento de Administração Urbanística, e mais recentemente na dependência direta do Gabinete da Presidência, com a designação de Divisão de Informação Geográfica com competências próprias (na sequência da alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais¹² ocorrida em 2010), esta unidade veio demonstrando, progressivamente, a necessidade de

¹¹ Nº9 da Portaria nº 290/2003, de 5/4 DR I SÉRIE-B Nº 81

¹² Aviso n.º 14634/2010, de 23/7 DR I Série N.º 142
Avisos n.ºs 22970 e 22971/2010, de 10/11 DR I Série N.º 218

colmatar uma lacuna na elaboração de estudos técnicos de apoio à decisão e no tratamento e atualização de informação municipal de natureza geográfica. Resumem-se as tarefas mais relevantes:

- leitura articulada das diferentes figuras de planeamento territorial de nível superior, com as orientações da política setorial, com os documentos de âmbito nacional e europeu com incidência espacial e que devem nortear as políticas urbanas;
- interpretação da visão estratégica vertida no PDM e desenvolvimento de estudos detalhados nele apontados;
- realização de estudos de caracterização do Município, nos domínios físico, demográfico, económico, etc, recorrendo com frequência a fontes oficiais produtoras de informação;
- instituição da prática da avaliação no planeamento (PDM e estudos sectoriais de planeamento);
- produção de cartografia digital, de base e temática;
- construção, implementação e manutenção de uma infraestrutura de dados espaciais;
- construção e atualização de um banco de dados geográficos, destinado a responder a públicos diferenciados (público em geral e serviços internos do Município). (anexo X.3)

Estas valências não surgiram todas em simultâneo: primeiro a componente dos estudos, ancorada na vertente espacial e apoiada num grupo muito restrito de técnicos que tinham integrado a equipa do PDM, mais tarde reforçado e diversificado nas suas competências técnicas, possibilitando a transição para a forte componente tecnológica ainda hoje em construção/consolidação.

A promoção da igualdade de acesso à informação por todos os cidadãos, agentes e organizações, em particular da informação geográfica, é hoje uma realidade incontornável. A transição para este modelo, assente na valorização da informação como fator competitivo dos territórios e na massificação das TIC como meio para incrementar o exercício pleno da cidadania, processou-se a um ritmo muito elevado e foi profundamente sentido na Administração Local. Veja-se a título de exemplo a iniciativa dos Municípios de Amadora, Loures, Vila Franca de Xira e Odivelas, que

apresentaram uma candidatura conjunta ao Eixo 3-Cidades e Regiões Digitais do POSI designada por ALO Digital, homologada em 2006.

Não podemos ignorar que os últimos anos foram prósperos em matéria legislativa, no que concerne ao ordenamento do território e à informação geográfica, os quais a DIG teve que incorporar. Primeiro com a publicação da Lei nº56/2007¹³ que impôs a obrigatoriedade de os Municípios disponibilizarem, nos respetivos sítios eletrónicos todo o conteúdo documental dos PMOT (transcrição digital georreferenciada); mais tarde, os Decretos-Regulamentares nº 9/2009 10/2009 e 11/2009¹⁴ que contribuíram para a consolidação de uma moldura legal que procura: a uniformidade de conceitos a utilizar nos IGT, a fixação de regras a observar na cartografia, a qualidade da informação geográfica e as normas de classificação do solo.

Por fim, mas de extrema relevância por ter constituído um ponto de viragem no rumo da DIG, destaca-se a assinatura do protocolo de colaboração entre a CMA e o e-Geo-Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da FCSH/UNL, com o objetivo de prestar apoio técnico e científico ao serviço. Do protocolo resultou um salto qualitativo na capacitação técnica da Divisão, em particular no projeto de implementação do Sistema de Informação Geográfica do Município. Muito enquistado no DAU, direcionado para o suporte ao licenciamento, o SIG conseguiu alargar o seu âmbito de atuação para a integração e georefenciação de informação produzida noutras áreas de atividade municipal, encontrando-se neste momento a trabalhar no sentido de adquirir a robustez necessária à implementação de um sistema de monitorização das dinâmicas de transformação do território.

VI. RELATÓRIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

Neste relatório pretende-se sintetizar um percurso profissional que se iniciou sensivelmente aos 18 anos de idade, precedendo o ingresso na licenciatura em Geografia e Planeamento Regional. A entrada “precoce” no mercado de trabalho foi determinante na evolução profissional, técnica e científica, mas também na formação e maturação individual.

¹³ Lei nº56/2007 de 31/8 DR I Série Nº168

¹⁴ Decretos-Regulamentares nº 9/2009, nº 10/2009, nº11/2009 de 29/5 DR I Série Nº104

Desenvolvendo toda a vida profissional numa Autarquia Local, facilmente se percebe a importância do papel do poder local no quotidiano dos cidadãos, perspectiva que foi sendo ampliada à medida que se foram exercendo funções, primeiro administrativas e só depois técnicas, em diversas unidades orgânicas do Município da Amadora. Não cabe no âmbito deste relatório a descrição das funções administrativas exercidas, mas reconhece-se quão importantes foram para conhecer o funcionamento interno da autarquia, o enquadramento legal que regula as suas competências e atribuições, as relações com os diferentes órgãos da Administração Central, com as Juntas de Freguesias e com os cidadãos.

Sucintamente, pretende-se identificar as tarefas mais relevantes desenvolvidas enquanto técnica superior de geografia e as mais-valias obtidas com a experiência profissional adquirida, que antecedeu o ingresso na carreira, e como esta marcou, direta ou indiretamente, o exercício pleno de funções.

A passagem do Departamento de Serviços Urbanos (onde trabalhava desde 1992) para o Departamento de Administração Urbanística (DAU) ocorre cerca de dois anos após a conclusão da licenciatura em Geografia e Planeamento Regional em 1997, e coincide com a necessidade de preenchimento de um lugar de apoio ao Diretor de Departamento, na sequência da tomada de posse de um novo executivo municipal.

Este período, constitui-se como uma etapa central de profunda transformação da cidade da Amadora: na dinâmica urbanística, na construção e estruturação hierárquica de uma rede viária deficitária, no investimento em construção/beneficiação de equipamentos coletivos e na erradicação de bairros degradados.

Segundo a orgânica do Município, ao Departamento de Administração Urbanística cabiam, entre outras competências:

- *no âmbito do ordenamento do território*, o acompanhamento do Plano Diretor Municipal, a elaboração de Planos de Urbanização e de Pormenor e de Estudos Urbanísticos.

- *no âmbito do licenciamento*, a emissão de alvarás de loteamento, o licenciamento e fiscalização de operações urbanísticas, o licenciamento de ocupações da via pública, acompanhamento do processo de legalização das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal, etc.
- *no âmbito da conservação do parque habitacional privado*, através da realização de vistorias de habitabilidade, obras coercivas, gestão de programas de incentivos de apoio à recuperação (RECRIPH, RECRIA, Solar H).

Este lugar, de carácter essencialmente administrativo, assemelha-se ao de uma secretária de apoio à Direção, a quem compete, entre outras tarefas, a gestão de agendas, atendimento ao público, articulação com as unidades orgânicas que dele dependem, com os órgãos da Presidência e Vereação, com os restantes Departamentos Municipais, etc.

Contudo, a formação académica em Geografia e Planeamento Regional possibilitou que às funções administrativas se fossem, inevitavelmente, aglutinando outras de carácter mais técnico, no âmbito das atribuições do DAU.

Desde logo, conhecer as denominações associadas aos processos do DAU e a sua correspondência com o tipo de operação em presença (direito à informação, pedido de viabilidade, processo de loteamento, processo de obras, pedido de certidões, etc.) com implicações nas etapas a cumprir, na composição dos elementos entregues pelos particulares, na tramitação processual, nos prazos, nos serviços municipais e entidades externas a consultar, entre outros.

A estrutura de relações entre o DAU e os restantes serviços municipais compreende:

- Departamento de Administração Geral, que centraliza toda a correspondência que dá entrada no Município e trabalha em estreita colaboração com o DAU, porque emite documentos (alvarás, licenças) que materializam as autorizações dadas pela administração urbanística; na cadeia de ligações o DAG é simultaneamente o início e o fim do processo da administração urbanística. As suas atribuições na vertente financeira, permitem-lhe cobrar os atos da administração urbanística a partir das tabelas de taxas aprovadas pelo Município.

- Departamento de Obras Municipais e Departamento de Serviços Urbanos, aos quais cabe analisar os processos de especialidades, isto é, os arranjos exteriores da urbanização: arruamentos, iluminação pública, resíduos sólidos urbanos e espaços verdes; só após a emissão dos pareceres favoráveis destes serviços se poderia proceder à elaboração de informações destinadas à apreciação em Sessão de Câmara do pedido de emissão de alvará das obras de urbanização. Esta tramitação forneceu uma visão integrada da atuação dos serviços municipais no momento do licenciamento, o seu contributo na garantia do cumprimento de regulamentos internos e normas técnicas específicas, obrigando os promotores a introduzir alterações nas peças escritas e gráficas em cada especialidade, sempre consideradas necessárias.

- Administração Municipal, no cumprimento da moldura legal que estabelece a transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais (DL 159/99, de 14/9) em conjugação com o quadro de competência e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei 169/99, de 18/9 alterado pela Lei 5-A/2002, de 11 Janeiro), que prevê quais os atos administrativos passíveis de delegação de competências do Município e do Presidente nas direções de departamento e destas nas chefias de divisão, bem como dos procedimentos sujeitos a aprovação pela Assembleia Municipal.

Por outro lado, importa também referir a cadeia de relações internas com outros serviços a funcionar na esfera de atuação do DAU, que entretanto foram extintos ou reestruturados, em consequência das alterações introduzidas na orgânica municipal:

- Gabinetes Técnicos Locais, com a função de acompanhamento do processo de legalização das AUGI numa lógica de proximidade às populações. O DL 91/95, de 2/9 possibilitou a reconversão destas áreas através de dois instrumentos: a aprovação de loteamento de reconversão de iniciativa dos proprietários ou de plano de pormenor de iniciativa municipal. Apesar da coexistência simultânea das duas modalidades

(o Município recorreu à figura do PP no caso da reconversão da Brandoa¹⁵), a primeira revelou-se um processo complexo e moroso, comprovado pela persistência de áreas que ainda não desencadearam o processo ou se encontram em fase de legalização. Desde logo pela dificuldade de associação entre os particulares para viabilizar uma administração conjunta das áreas, pela falta de capacidade técnica para responder ao requisitos impostos pela legislação e pelos procedimentos a executar, por exemplo, aceitar a imposição de cedências gratuitas para o domínio público, os encargos de legalização, eventuais demolições, entre outros.

- Divisão de Serviços de Habitação e Recuperação de Áreas Degradadas (DHSRAD) que acompanhava a execução do Programa Especial de Realojamento, a construção dos bairros de habitação social e o acompanhamento social das famílias. O volume e ritmo de trabalho exigido para responder à erradicação dos bairros degradados nos prazos estipulados e o carácter fortemente social que marcava o realojamento, ditaram a sua autonomização. Com efeito, a produção diária de trabalho neste domínio que chegava à Direção de Departamento, dificultava o desempenho normal da sua atividade.

Sendo o topo da estrutura do Departamento, o responsável pela gestão dos seus recursos humanos, foi necessária uma aprendizagem adicional de acompanhamento dos funcionários (administrativos e técnicos) que ocupava um peso significativo no conjunto das tarefas diárias. Destacam-se por exemplo, o controlo da assiduidade, dos mapas de férias, das horas extraordinárias, o processo de classificação de serviço dos funcionários, entre outros.

A passagem por este Departamento ocorreu num período caracterizado por uma profunda transformação no quadro legislativo nacional, no domínio do Ordenamento do Território e do Urbanismo:

- a publicação da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei nº48/98, de 11/8) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL 380/99, de 22/9);

¹⁵ A 15/05/1996 a Câmara deliberou intervir na Brandoa mediante estudos urbanísticos que conduziram à elaboração de planos de pormenor. O conjunto de planos de iniciativa municipal que foram aprovados a partir de 1998 para o bairro da Brandoa, visam regular a constituição e legalização de lotes e o licenciamento de novas construções

- a publicação do DL 555/99 de 16/12 Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE). A sua suspensão temporária, por força da posição assumida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), provocou um hiato temporal entre a publicação em DR e a sua aplicação efetiva.

Não obstante a existência de um Gabinete de Apoio Jurídico, que como a designação indica, era responsável por enquadrar juridicamente a atuação do Município, para além da formação profissional a que os dirigentes e técnicos da Gestão Urbanística ficaram sujeitos, a verdade é que foi realizado um esforço adicional, pois embora o lugar ocupado fosse de carácter administrativo, era essencial acompanhar as dinâmicas introduzidas nos conceitos, nos procedimentos, nos prazos, etc. sob pena de prejudicar as rotinas de trabalho e a articulação instituída.

Na sequência de concurso publico para o preenchimento de um lugar da carreira de técnico superior de Geografia, a aluna toma posse a 8 de Março de 2000, como técnica superior estagiária e inicia um período probatório de 6 meses. Nesse período elabora o Relatório de Estágio “Contributos da Geografia para a elaboração do Plano de Urbanização de Santa Filomena”, com a classificação final de 14 valores, trabalho que acumulou com as tarefas de secretariado que desempenhava na época.

VI.1. DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS MAIS RELEVANTES

Uma vez que no grupo onde se insere existe uma tendência para a divisão por áreas de atividade, este relatório reflete naturalmente a experiência profissional tendo subjacente esse pressuposto. Com efeito, embora possam ter ocorrido participações pontuais noutros estudos desenvolvidos pelo serviço, importa circunscrever os domínios de atuação mais relevantes.

De referir ainda, que não está vertido neste documento o fornecimento de dados estatísticos e informação cartográfica, como resposta a pedidos provenientes dos serviços internos ou das entidades externas, ou em muitos casos da inércia que persiste no manuseamento de ferramentas de produção/consulta de cartografia que a DIG já disponibilizou internamente. Não obstante o peso assumido por estas tarefas correntes, em termos de tempo despendido no dia a dia, seria despropositado enunciá-las neste contexto.

VI.1.1 Recolha de informação

2011- XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação - Censos 2011

O Município participou no XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação promovido pelo Instituto Nacional de Estatística. Esta operação, de âmbito nacional, tem tradução legal no Decreto-Lei n.º 226/2009 de 14 de Setembro, que define o quadro de atuação e competências de cada uma das partes envolvidas INE, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia).

A Amadora integrava um grupo de 4 Municípios da Grande Lisboa, composto também por Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira.

A operação, sujeita a uma estrutura hierarquizada organizada por níveis diferentes de atuação e competências, previa a figura do Delegado Municipal, tendo a aluna assumido esta função para as Freguesias da Mina e da Venteira. Situado sensivelmente no nível intermédio da estrutura, tinha a seu cargo os Coordenadores e Subcoordenadores de Freguesia e os Recenseadores. Por sua vez, respondia perante o Delegado Regional, responsável por todo o Município e em articulação com o Coordenador Regional, no topo da estrutura, encarregue por realizar a operação no conjunto dos 4 Municípios.

Concentrada num curto período de tempo, esta megaoperação exigiu uma disponibilidade total e uma grande dedicação, dentro e fora do horário normal de trabalho, em particular no período de distribuição/recolha/contagem dos questionários (Março a Junho).

Do ponto de vista de organização, a aluna tinha a seu cargo, aproximadamente 70 pessoas, entre Recenseadores (RE), Coordenadores (CF) e Subcoordenadores de Freguesia.

Como em qualquer outra função de gestão, a responsabilidade, a competência técnica, o bom senso, a comunicabilidade, a facilidade nas relações humanas, a dedicação, o espírito de equipa, o sentido de respeito pela cadeia hierárquica, entre outras, são capacidades expectáveis e exigidas aos Delegados Municipais para o desempenho desta tarefa.

Sucintamente, competia ao DM um vasto leque de tarefas tão distintas como: inscrições, formação, receção/ distribuição de material, reuniões preparatórias e reconhecimento da área de trabalho, controlo da distribuição e recolha dos questionários, controlo da qualidade de informação, elaboração de relatórios, pagamentos, avaliação global da operação e individual sobre cada um dos elementos participantes.

O processo iniciou-se com a realização de uma sessão formativa destinada aos Delegados Municipais, assegurada pelos Delegados Regional e Coordenador Regional. Os conteúdos explorados foram os seguintes: estrutura organizativa, conceitos, apresentação e preenchimento de inquéritos, aplicação informática criada especificamente para o Censo (Sistema de Controlo de Trabalho de Campo), onde era registada toda a informação relativa à operação. Foi reconhecido por todos o reduzido número de horas destinadas à formação face à vastidão de conteúdos o que obrigou a uma certa capacidade autodidata dos DM para, designadamente, utilizar os menus da aplicação informática adequados às diversas etapas do processo.

A segunda etapa correspondeu ao processo de seleção e formação dos RE. Foram chamados todos os candidatos inscritos no site do INE para entrevista pessoal e só depois desta avaliação direta, em conjunto com o perfil técnico exigido, foram selecionados os elementos aptos à formação. Entre as duas Freguesias foram realizadas cerca de 100 entrevistas pessoais.

A novidade da edição do Censo de 2011 foi a possibilidade de responder através da internet e a criação do balcão e-censos nas Juntas de Freguesia. A reação da população foi muito positiva mas gerou um afluxo anormal às Juntas, sendo necessário organizar equipas de colaboradores para dar resposta à procura, repercutindo-se num esforço adicional para a DM, uma vez que lhe foi exigido um apoio permanente para auxiliar no preenchimento de questionários e esclarecimento de dúvidas. Este afluxo prolongou-se durante toda a fase de recolha de resposta também em papel, em especial pelos idosos e população mais desfavorecida dos bairros degradados (Santa Filomena, Encosta Nascente, Serra Pequena e Estrada Militar).

O recurso à internet, apesar de muito benéfico, porque tornou o processo de resposta mais célere e reduziu deslocações de RE também provocou algumas

dificuldades geradas pela incorreta utilização dos envelopes PIN entregues na fase da distribuição ou por trocas aparentemente “inocentes” entre utilizadores. A correção e reposição ordenada das codificações obrigou a um trabalho adicional que consistiu numa análise aprofundada da base de dados das respostas via net.

Outra inovação foi a georeferenciação da informação ao edifício, com a criação de uma aplicação informática “GeoEdif” destinada especificamente para o efeito, onde a DM revelou facilidade no seu domínio em virtude da formação que ao longo dos anos foi obtendo na Divisão onde trabalha.

Não há dúvida que a aplicação informática do SCTC criada para o efeito, revelou-se bastante útil porque permitiu, à distância, um controlo efetivo de toda a operação. Numa primeira fase no que diz respeito à gestão dos recursos humanos envolvidos e áreas de trabalho atribuídas, numa segunda fase, em termos de avaliação do decurso dos trabalhos e no final, em termos de processamentos de pagamentos e encerramento dos trabalhos.

Para concluir, não é possível dissociar as competências reveladas na operação, das competências profissionais exercidas na Divisão de Informação Geográfica, que resultam da conjugação do seu progresso técnico e das oportunidades de formação e aprendizagem que o serviço lhe foi proporcionando. Neste contexto, o conhecimento profundo da Base de Dados de Georeferenciação de Informação (produto final do Censo que é fornecido aos Municípios), o domínio consistente dos conceitos estatísticos, as preocupações de qualidade relativa à recolha dos dados e a utilização de ferramentas informáticas ligadas aos sistemas de informação geográficas, etc. constituíram, sem dúvida, as suas mais-valias em todo o processo.

Nesta fase ainda se desconhecem os dados definitivos da operação de recenseamento, mas a experiência realizada nas duas Freguesias permite para já avançar que ambas partilham dos problemas de envelhecimento populacional, esvaziamento e instalação de minorias, que marcam a realidade dos atuais centros de cidade. Esta avaliação preliminar é consensual, uma vez que parte dos seus territórios corresponde à área delimitada do Centro da Amadora.

2010- Levantamento funcional do Município da Amadora

Com este trabalho a DIG pretendia proceder à atualização do levantamento funcional do Município que decorreu entre 2000 e 2001. Com efeito, face aos anos decorridos e às imensas solicitações internas e externas para o fornecimento do cadastro das atividades económicas, sentiu-se a necessidade de proceder a novo levantamento.

Contudo, outros fatores impulsionaram esta tarefa: a alteração da estrutura de ocupação do território e da imagem urbana, com o aparecimento de novas urbanizações e com as intervenções destinadas a qualificar o espaço público desenvolvidos pela Autarquia, respetivamente; o aparente declínio da qualidade da oferta do centro da cidade, nomeadamente com a proliferação dos formatos *outlet*; a presença de grandes superfícies comerciais no Município e a necessidade de observar a concentração de comércio e serviços, por forma a avaliar a atualidade dos pressupostos que definiram a hierarquia de centros na Amadora, nos estudos de caracterização do Plano Diretor Municipal em 1994.

Face à impossibilidade de cobrir todo o território, delimitaram-se áreas de maior concentração de comércio e serviços, quer no tecido urbano consolidado quer em algumas das novas urbanizações, de modo a observar a vitalidade de “velhos” e “novos” espaços. Neste sentido, mais do que quantificar e agregar funções de acordo com os ramos de atividade, pretendia-se observar a estrutura de relações com o espaço envolvente, pelo que o respeito dos limites administrativos das Freguesias foi secundarizado.

O trabalho foi realizado em colaboração com 4 alunos das Escola Intercultural das Profissões e do Desporto (Escola profissional existente no Município) materializada num Protocolo de Colaboração.

Sucintamente foram registadas mais de 3700 funções distribuídas por cerca de 20 centros. O relatório elaborado contém em primeiro lugar uma análise centro a centro e finaliza com uma síntese de conclusões, das quais as principais a reter são:

- a hierarquia de centros identificada nos estudos de caracterização do PDM em 1994 pouco tem a ver com a realidade atual, à exceção da concentração funcional que persiste no Centro da Amadora;
- centros com forte presença da residência mas com posições mais excêntricas (Quinta Grande em Alfragide ou o Borel na Venteira) concentram funções especializadas, beneficiando da proximidade a áreas vocacionadas para a indústria/serviços e à rede viária de nível regional;
- as urbanizações que surgiram junto de outras já consolidadas, são mais dinâmicas do ponto de vista comercial do que as novas, que beneficiaram da construção da rede viária mas que estão isoladas, não fixam emprego e são autênticos dormitórios;
- o Centro da Cidade está descaracterizado, perdeu as marcas e ganhou os seus *outlets*; a intensa rotatividade de funções neste espaço pode ser lida como uma dinâmica positiva mas também revela as fragilidades das empresas instaladas, porque não resistem à forte concorrência ou não são capazes de se adaptar às mudanças (nas necessidades no consumo, nos estilos de vida etc);
- o Centro da Amadora continua a ser mais dinâmico a sul do caminho de ferro e esta tendência foi (e continua a ser) determinada pela presença do interface e porque a zona norte tem um tecido mais estável, estando menos sujeita a processos de renovação urbana;
- a desqualificação da oferta generalizou-se por quase todos os centros com a multiplicação de bazares (“chineses”);
- a restauração e bebidas é o ramo que tem demonstrado maior qualificação, do ponto de vista das instalações e da oferta, não podendo dissociar este incremento das imposições legais ligadas à higiene e segurança alimentar;
- a proliferação de espaços devolutos, por ocupar nas novas urbanizações ou desocupados comparativamente ao levantamento funcional de 2000, com externalidades negativas para o espaço urbano; neste momento a questão do esvaziamento dos centros não se limita ao centro tradicional de comércio mas ocorre um pouco por todo o território.

Em síntese refere-se que a hegemonia do Centro foi-se alterando, assistindo-se à passagem de uma estrutura monocêntrica para uma estrutura policêntrica, com a formação ou consolidação de outros centros de comércio e serviços no território municipal, que foram aglutinando funções até então consideradas de nível superior, só presentes no centro tradicional de comércio (por exemplo a banca, serviços de saúde). Esta alteração introduziu reconfigurações nos fluxos de compra, intensificados também pela proliferação de grandes superfícies de retalho especializado e não especializado, dispersas por todo o território.

Em simultâneo, assiste-se à fragmentação da cidade em espaços distintos, com formações urbanas territorialmente descontínuas, apoiadas na melhoria das acessibilidades. Descontinuidades essas que o Município tem vindo a contrariar pela aposta na criação de uma sistema de espaços coletivos, para dar continuidade, unidade e legibilidade ao espaço urbano.

Assim, a cidade deve ser olhada como um território onde coexistem vários centros, um dos quais a área tradicional. A perda de hegemonia desta área não deve ser encarada com dramatismo, mas antes como a consequência de um processo mais ou menos longo da sua adaptação à nova organização à escala urbana que se encontra em contínua transformação. Perante este cenário, importa questionar qual o papel que cabe ao poder público e quais as orientações a seguir: apostar no reforço do policentrismo, como suporte das intervenções de reabilitação urbana, passando de uma lógica de hierarquia para uma lógica de rede e complementaridade? apostar na defesa da área central ao mesmo tempo que, numa lógica contraditória, se viabilizam iniciativas que lhe provocam um desgaste constante e perda de vitalidade e dinamismo?

VI.1.2. Estudos de caracterização

Desde 2007- Território e Economia (1ª Edição)

O conhecimento da sua base económica é um dos domínios estratégicos dos Municípios, mas simultaneamente um dos estudos mais difíceis de desenvolver devido à intensa dinâmica do mercado das atividades e do emprego. A Amadora, não é exceção: a sua inserção metropolitana e a sua proximidade e acessibilidade à Capital,

oferecem grandes vantagens locativas às empresas, próxima dos grandes centros de consumo, ao mesmo tempo que constitui uma importante bacia de retenção de emprego.

Na sequência do apuramento dos resultados definitivos do Censo2001 a DIG decidiu proceder à sistematização da informação estatística, por forma a disponibilizar um conjunto de relatórios temáticos sobre algumas das variáveis apuradas. Assumindo a designação comum de “Amadora XXI”, decompunha-se em vários dossiês, compostos por quadros-síntese e gráficos, com dados tratados ao Município e sempre que possível desagregados à Freguesia e enquadrados à região. Neste contexto surge o “Território e Economia” fortemente impulsionado pela elaboração do Relatório de Estado do Ordenamento do Território da Amadora, que veio evidenciar a vantagem de dispor de um documento de consulta rápida, que traduzisse de forma sucinta o retrato económico do Município, dispensando a componente analítica contida no REOT. Além disso, havia necessidade de dar resposta ao crescente interesse na obtenção de dados, seja no âmbito académico ou empresarial.

Partido da informação censitária, foram produzidos, à escala municipal, quadros relativos ao emprego (distribuição por setores, por grupos de profissões, grupos etários) e para caracterizar as freguesias construíram-se fichas-síntese, que compreendiam variáveis e indicadores registados também para o Concelho, permitindo uma leitura comparada.

O tratamento do Ficheiro de Unidades Estatísticas do INE, permitiu analisar a estrutura das empresas sedeadas no Município, no que concerne, ao seu número, distribuição setorial, escalões de pessoal e volume de negócios. Esta informação também integrou as fichas-síntese das freguesias, contribuindo para enriquecer a sua caracterização.

O hiato temporal entre a realização dos recenseamentos e a necessidade de alargar o leque de variáveis, determinaram o recurso a outros produtores oficiais de dados, por exemplo o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (Quadros de Pessoal) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Embora os dados dos quadros de pessoal acarretem custos, optou-se por reunir um conjunto de quadros-síntese que permitiram enquadrar a posição do Município face à região e caracterizar, à escala municipal, a estrutura dos estabelecimentos e do emprego. De referir que embora fora do âmbito do Território e Economia, a aquisição regular de dados ao MTSS tem possibilitado explorar uma diversidade de informação que acabou por se revelar muito interessante na elaboração de outros estudos, por exemplo no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Territorial.

A disponibilização de estatísticas relativas ao desemprego, à escala municipal, no site do IEFP constituiu outra fonte de informação importante, com a vantagem de ser gratuita, contudo com limitações ao nível da desagregação dos dados. A conjuntura económica e social que o país atravessa, manifestada designadamente pelo agravamento dos indicadores do desemprego, levou a DIG a equacionar o aprofundamento deste domínio no futuro próximo. Seguindo uma estrutura idêntica à adotada nos boletins estatísticos (semestral e anual) publicados pelo IEFP, pretende-se explorar novos indicadores à escala municipal, ao mesmo tempo que se procura ultrapassar as limitações impostas pelo mapa dos Centros de Emprego, cujos limites abrangem áreas supramunicipais, o que no caso do Centro de Emprego da Amadora, inserido na Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, se traduz na abrangência geográfica de cinco freguesias do Concelho de Sintra.

Para concluir, refere-se que a DIG se tem deparado sempre com muitos constrangimentos na elaboração de estudos que pretendem retratar o Município na sua vertente económica, salientando-se desde logo: a questão temporal da produção e disponibilização dos dados, os custos associados ao seu fornecimento, a estrutura das bases de dados e por fim a desagregação, que nem sempre é a mais adequada face aos objetivos propostos. A própria metodologia de recolha dos dados, por parte das fontes oficiais vai sofrendo variações, quebrando em muitos casos uma análise que se pretende seja evolutiva.

Não podemos deixar de realçar que algumas das limitações identificadas só são possíveis de contornar fruto da colaboração entre os técnicos municipais e os que

integram as entidades oficiais, que acabam por se relacionar entre si numa base mais informal, evitando a rigidez e as estruturas hierarquizadas da administração pública.

2007- Espacialização de variáveis e indicadores estatísticos do Censo 2001

Este trabalho consistiu no tratamento e espacialização de indicadores, construídos a partir dos Resultados Definitivos do Censo 2001, para o Município da Amadora. Para tal, recorreu-se às variáveis que integram o Ficheiro Síntese e à Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI), disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística. A distribuição espacial das variáveis surge desagregada à secção estatística, com o auxílio do software ArcView 3.0.

Inspirado no Atlas da Área Metropolitana de Lisboa do INE¹⁶, o trabalho pretendia traçar de modo sucinto o quadro demográfico e socioeconómico do Município da Amadora, apoiado em mapas e um conjunto de comentários. Importava construir alguns indicadores, mais elaborados, permitindo uma leitura diferente da obtida com a simples representação das variáveis de base. Neste sentido, foi realizado um exercício de construção de indicadores como: idade média dos edifícios, número médio de pavimentos, média ponderada da residencialidade¹⁷, média etária, média de anos de escolarização¹⁸, dimensão média da família, taxa de emprego da população em idade ativa, indicador de terciarização¹⁹, peso dos residentes a trabalhar no concelho de residência, entre outros.

2003- Projeto de Requalificação da Venda Nova “Velha” – Diagnóstico da Área de Intervenção

Num contexto em que se previa uma reforma do regime jurídico dos programas de apoio à reabilitação do parque habitacional, contrariando a dispersão de programas em vigor com a fusão num único programa de incentivos, a Câmara Municipal indo ao encontro das estratégias de atuação definidas no Plano Diretor Municipal no domínio urbanístico e reconhecendo a oportunidade para preservar e

¹⁶ INE, *Tipologia socioeconómica da Área Metropolitana de Lisboa*, 1999

¹⁷ Indicador que privilegia a função residencial. Atribui-se uma ponderação segundo o uso instalado nos edifícios: exclusivamente residencial=100; principalmente residencial=74; principalmente residencial=25

¹⁸ A ponderação é determinada pelo número de anos necessários para obter um grau de ensino completo. Ex: “Não sabe ler nem escrever (0); ensino primário (4)...licenciatura (17)

¹⁹ Quociente entre a Média ponderada da população empregada por sector de atividade e a População Residente. Ponderação por sector de atividade I(1), II(2) e III(3)

valorizar a identidade de um lugar que constituiu um marco histórico na formação do Município e uma referência incontornável no processo de suburbanização da Área Metropolitana de Lisboa, decidiu munir-se de um diagnóstico de caracterização do Bairro da Venda Nova. O desenvolvimento do estudo resultou de um trabalho conjunto entre a atual DIG, e a Divisão de Recuperação do Parque Habitacional Privado, às quais se juntou a Divisão de Planeamento Urbanístico, na fase final.

O prolongamento de um importante sub-lanço da CRIL na proximidade do Bairro e as expectativas criadas com a ocupação de uma vasta parcela de território adjacente, na posse da Administração Central (P.P. da Falagueira), foram apontados como fatores indutores de impactos diretos e indiretos no território, constituindo como objetivos do estudo: qualificar urbanisticamente o bairro, reforçando a sua identidade e imagem urbana, articular a zona de intervenção com a cidade da Amadora e com o Município de Lisboa, melhorar o enquadramento paisagístico da zona urbana (construção de acessos viários previstos, zonas verdes etc.) e potenciar a legibilidade de elementos marcantes como as Portas de Benfica.

O trabalho consistiu essencialmente no diagnóstico do parque habitacional e no perfil dos residentes através da recolha, tratamento e integração de três fontes de informação: a espacialização das variáveis disponíveis no Ficheiro Síntese do Censo de 2001, a caracterização dos edifícios e do seu estado de conservação, resultado do trabalho de campo e por fim a integração dos pedidos de intervenção realizados pelos particulares junto do Município, materializados nos processos de Vistorias de Habitabilidade.

VI.1.3. Ordenamento do Território

2012- Reorganização Administrativa do Território da Amadora

Na sequência da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, o Município apresentou uma proposta de reorganização administrativa da Amadora que consiste na redução de 11 para 6 freguesias. No artigo 4º são estabelecidos os níveis de enquadramento em função do número de habitantes e densidade populacional que fundamentam a classificação dos municípios, merecendo destaque no caso presente o nível onde a

Amadora se insere: *2a) Nível 1, municípios com densidade populacional superior a 1.000 habitantes por km² e com população igual ou superior a 40.000 habitantes.* Segundo o Artº6, para os municípios de nível 1, o critério de agregação previa a redução, no mínimo, de 55% do número de freguesias ou seja a agregação para 5, contudo a prevista flexibilidade de pronúncia da Assembleia Municipal de propor relativamente às 6 freguesias a reduzir uma moderação de 20% deste valor, permite não diminuir 6 mas 5 (Artº 7º).

O documento dedica uma primeira análise ao enquadramento legal que despoletou o processo de reorganização (objetivos, princípios e critérios de reorganização) e em seguida centra-se na proposta de delimitação, recorrendo a quadros e mapas indicativos sobre vários domínios (demografia, habitação e densidade populacional; dotação de equipamentos coletivos e serviços; número de alunos em ensino público, etc.) que sustentam a definição dos novos limites.

A participação da aluna incidiu sobretudo em dois planos: primeiro, na produção de quadros e mapas relativos à dotação das novas freguesias em comércio e serviços, apoiando-se nos centros identificados no levantamento funcional de 2010 e adequando a sua distribuição à nova delimitação; segundo, estabilizados os limites e os limiares populacionais, procedeu-se à descrição e caracterização dos novos territórios, no que diz respeito à morfologia e formas de ocupação, à permeabilidade física e funcional entre tecidos urbanos, à presença de centralidades e polos de fixação de emprego, à estrutura de relações gerada pelo sistema de espaços coletivos, entre outros. A visão integradora das novas unidades territoriais passa também pela concretização no futuro, de projetos de natureza privada geradores de novas centralidades, e de iniciativa municipal (novos equipamentos, reabilitação de áreas e de usos urbanos desqualificados) que poderão favorecer o relacionamento entre espaços socialmente heterogéneos e a coerência e legibilidade urbanas, consolidando uma nova identidade e promovendo o reforço da coesão territorial.

É extraordinariamente importante o conhecimento da base territorial, da população residente, das relações espaciais e das especificidades locais para quem faz do território a sua base de trabalho. Este conhecimento tem vindo a consolidar-se com o avolumar do horas de trabalho de campo, mas acima de tudo com a passagem da

condição de trabalhador para a de residente/trabalhador, isto é, que se torna num agente ativo num sistema complexo de ligações entre a residência, o trabalho, as deslocações, a satisfação de necessidades de diversa natureza, o lazer, etc. Com efeito, a leitura do território na perspectiva do “utilizador” contribuiu, a nosso ver, para que a compatibilização entre os critérios genéricos e as especificidades locais fosse conduzida com maior rigor, na configuração das diversas versões propostas até encontrar a que melhor servia o Município.

VI.1.4. Avaliação e Monitorização

2011/12- Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Territorial

Nos últimos anos tem-se assistido a uma generalização do uso do termo “monitorização” aplicado às mais diversas áreas e em particular no ordenamento do território, motivada pela necessidade de avaliar em permanência a implementação de políticas e instrumentos de planeamento territorial, no sentido de perceber se estamos em presença de uma trajetória convergente ou divergente dos objetivos/metastabelecidos. A criação de organismos públicos responsáveis por monitorizar a territorialização de políticas e instrumentos, como por exemplo o Observatório do Ordenamento do Território, da DGOTDU e Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo da CCDRLVT, são exemplos dessa preocupação, devendo o Município apostar na aproximação ao modelo de indicadores adotados.

Partindo da perspetiva multidimensional do desenvolvimento territorial²⁰, o SIDT pretende contribuir: no plano estratégico, para retratar o rumo de transformação do território e o sentido do investimento, apoiando a formulação de políticas e a tomada de decisão; no plano prático, desenvolver e manter atualizada uma base de informação estatística sobre o Município, de modo a responder às crescentes

²⁰ “O desenvolvimento territorial não é mais do que o processo através do qual os territórios habitados pelas sociedades são progressivamente transformados; envolve componentes físicas (infra-estruturas, paisagens urbanas, etc) mas também a estrutura territorial, isto é, a distribuição geográfica da população e das actividades humanas, em particular a dimensão das cidades e as relações que se estabelecem entre elas. O desenvolvimento territorial é um conceito abrangente também utilizado como objectivo das políticas públicas (políticas de desenvolvimento territorial). Este carácter abrangente resulta do facto de não se visar apenas o crescimento económico, das respectivas regiões, mas também a sua sustentabilidade do ponto de vista económico, social, ambiental e cultural.” *Glossário do Desenvolvimento Territorial, DGOTDU, 2011*

solicitações internas e externas (inquéritos, de plataformas, candidaturas, etc.) provenientes de diferentes níveis e órgãos da Administração Central.

O documento está organizado em quatro Domínios, que correspondem às dimensões do desenvolvimento territorial consideradas como principais: Sociedade, Economia, Território e Ambiente. Estes, por sua vez, são desenvolvidos individualmente num conjunto de Dimensões, traduzidos em 300 Indicadores. É conveniente referir que estamos em presença de uma bateria de indicadores de contexto²¹, sendo desejável progredir para uma matriz de indicadores de desempenho, o que pressupõe o estabelecimento prévio de metas, no próximo ciclo de planeamento.

Partindo do princípio de articulação e compatibilização hierárquica dos IGT, optou-se por contextualizar os Domínios e as Dimensões em análise nos objetivos estratégicos do Programa Nacional da Política de Ordenamento Território (PNPOT)²², nas Linhas de Ação do Plano de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)²³ e nos objetivos preconizados no modelo de desenvolvimento do PDM. Trata-se apenas de um exercício que procura traçar, de forma sintética, a cadeia de relações que deve existir entre os instrumentos de hierarquia superior, de carácter estratégico e de hierarquia inferior, de carácter regulamentar, que devem recuperar e detalhar as medidas previstas nos primeiros.

A grande vantagem reconhecida neste documento é, na nossa opinião, conciliar dados de base e indicadores produzidos pelas fontes oficiais e outros, que sendo gerados internamente merecem ser sistematizados e divulgados, até porque não constam das estatísticas oficiais.

No final, o documento assume a forma de publicação, com uma síntese de conclusões por Dimensão e uma lista dinâmica de consulta rápida em formato excel.

²¹ Inspirado nos indicadores de contexto do Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo da CCDRLVT. Compreende uma lista de indicadores que retratam aspetos essenciais das dinâmicas socioeconómicas (Pessoas, Território e Organizações) incluindo aqueles que são priorizados pelas políticas públicas nacionais e europeias. A informação contida nestes indicadores permite analisar e interpretar as forças e as fraquezas do território e prospectivar as grandes tendências de evolução. Trata-se de uma informação crucial para a definição de estratégias e planos, bem como para o apoio a intervenções concretas.

²² Lei nº58/2007, de 4/9 DR I Série Nº170

²³ Versão disponível para consulta pública

Embora a participação da aluna tenha sido transversal em todo o documento, apenas a componente dedicada à Economia foi da sua total responsabilidade, bem como a elaboração da lista dinâmica. O domínio económico traduziu-se na desagregação em 5 Dimensões: Base Económica; Estabelecimentos e Emprego; Comércio Internacional; Internacionalização; Inovação, Tecnologia e Criatividade; Desemprego.

2010- Monitorização do Projeto “Intervenção no Edifício da Av. Santos Mattos”

A Câmara Municipal da Amadora, através da DRPHP, em parceria com a Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora (ACECOA) decidiram lançar um projeto integrado de intervenção no espaço público. Este projeto previa a recuperação e beneficiação do edifício da Avenida Santos Mattos eixo caracterizado por uma forte componente comercial, motivo pelo qual já tinha integrado a área a candidatar no âmbito do Programa de Urbanismo Comercial da Amadora. A iniciativa derivou de um estudo mais amplo designado por Estudo Estratégico “Revitalizar o Centro da Amadora”, elaborado por uma equipa técnica da especialidade que se encontrava a colaborar com a DRPHP. No fundo, pretendia-se dotar aquela rua de uma imagem forte, coerente e atual, uniformizadora de toda a Avenida, como um “centro comercial a céu aberto” não descurando, ao mesmo tempo, a tradição que a distingue. Ao nível da recuperação das fachadas dos edifícios, o objetivo era a melhoria do revestimento, proporcionando uma imagem moderna e renovada.

A intenção de monitorizar o projeto e a decisão de o fazer com os recursos humanos do Município, motivaram a indicação da aluna para participar nesta tarefa em conjunto com um elemento da DRPHP. Contudo, não podemos deixar de referir que os termos de referência da avaliação dos impactos do projeto, avançados pela equipa do Estudo Estratégico, foram fundamentais para balizar o trabalho a desenvolver, em particular no que diz respeito à definição da metodologia.

Definidos os domínios da análise a observar (atividade económica, imobiliário, duração e custos da obra, social e eficiência energética) e principais indicadores a monitorizar nos diversos períodos (avaliação de partida, *on-going*, final e *ex-post*) a atividade da aluna centrou-se essencialmente na recolha de informação qualitativa

estrutura em inquéritos aos três grupos-alvo identificados: comerciantes, residentes e transeuntes (utilizadores).

Este inquérito à população, para além de ter o mérito de ser um trabalho inovador, já que se desconhece a existência deste tipo de procedimentos de recolha da opinião no âmbito de projetos de requalificação urbana levados a cabo pela Administração Pública, constituiria também um ponto a favor para o êxito do projeto. Pese embora o seu carácter inovador, uma das críticas a que poderá estar sujeito é precisamente o facto deste contacto com a população se reduzir à recolha de opiniões, isto é, encontrando-se a execução já pré-determinada, as opiniões recolhidas não abalariam o formato do projeto. Ainda assim, não deixa de ser, a nosso ver, um passo importante na medida em que permitiu a aproximação entre cidadãos e Administração, contribuindo para criar na população o hábito da participação pública.

No caso dos residentes o objetivo seria o preenchimento presencial mas perante as dificuldades encontradas, readaptou-se a metodologia e procedeu-se à distribuição dos questionários nas caixas do correio. Esta iniciativa foi antecipada com a afixação de uma circular (caixas de correio e átrios dos edifícios), onde constava o que se pretendia com o inquérito, a importância da opinião do grupo-alvo e a confidencialidade dos dados. Para minimizar os incómodos, os moradores poderiam depositar os inquéritos no Cine-teatro “Recreios da Amadora”, equipamento localizado na Av. Santos Mattos e também lá poderiam encontrar os técnicos afetos ao projeto, em determinadas datas e horários, para os auxiliar no preenchimento e esclarecer eventuais dúvidas.

Os inquéritos foram estruturados segundo dois grupos de questões: um com questões genéricas, comuns aos três grupos e outro com questões mais específicas, consoante o grupo em presença.

Nas questões comuns aos três grupos trata-se de aspetos como: o conhecimento que a população tinha relativamente à intervenção que a CMA ia levar a cabo, e a importância que lhe davam; a opinião que tinham sobre a Avenida Santos Mattos, e designadamente sobre parâmetros como a higiene, a segurança, a luminosidade, as acessibilidades, o sossego e a conservação exterior dos edifícios.

Nas questões mais específicas, pretendia-se saber:

- junto dos comerciantes, a origem dos seus clientes; a forma de ocupação das instalações, a intenção de realizar investimentos nas lojas; a perspetiva que tinham sobre o impacto que a requalificação da avenida poderia ter sobre o seu negócio;
- junto dos residentes e dos transeuntes, os seus hábitos de consumo; os motivos porque frequentavam a Avenida; os períodos do dia em que mais a frequentavam; se concordavam com os horários praticados no eixo comercial; se consideravam que a requalificação da Avenida Santos Mattos poderia vir a mudar os hábitos de compra.

A mais-valia deste levantamento radica no fato de, relativamente aos residentes, ter sido possível obter a caracterização das famílias residentes (sexo, idade, habilitações literárias, situação perante o emprego, forma de ocupação dos alojamentos etc.) colmatando uma lacuna que resulta da desadequação entre o desenho da subsecção estatística e a finalidade do estudo.

Por outro lado, decorridas quase duas décadas sobre os estudos de caracterização do PDM, foi possível aferir alguns dados sobre a dinâmica do eixo e a relevância da sua localização como suporte dos fluxos entre o interface das carreiras de transporte público e o caminho de ferro.

Sucintamente, foram realizados cerca de 250 inquéritos repartidos entre os três grupos: 26 aos comerciantes, 85 aos transeuntes e 135 aos residentes. Relativamente a este último grupo, as respostas recolhidas ficaram muito aquém das expetativas, uma vez que apenas 19 foram entregues (cerca de 14%). Ainda assim, foi esta a amostra possível, e foi com base nela que tentámos extrair algumas conclusões, embora com muitas dúvidas sobre a representatividade dos dados.

Apesar da fase de avaliação *on-going* ter sido desprezada, o manancial de informação recolhido nas reuniões de obra e estruturado em atas constitui um repositório de dados muito curioso porque revela, embora de forma indireta, o perfil ou perfis dos comerciantes presentes naquele eixo.

Finda a primeira fase da avaliação do projeto, que culminou com a elaboração de um relatório, a aluna continuou a participar na etapa subsequente, isto é da avaliação final, embora mais na vertente de orientação metodológica.

2005 a 2007- Elaboração do Relatório de Estado de Ordenamento do Território da Amadora (REOTA)

O Regulamento do PDM da Amadora, estabelece no artigo 5.º que o mesmo deve ser objeto de revisão antes de decorrido o prazo de dez anos nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março. Por outro lado, o n.º 3 do artigo 98º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, diploma que veio revogar o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, determina que: “Os planos directores municipais são obrigatoriamente revistos decorrido que seja o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor ou após a sua última revisão”.

Passados dez anos sobre a vigência do PDM e reunidas as condições técnicas necessárias, o executivo municipal, impulsionado pela DIG, decidiu avançar com a elaboração do REOT, que partindo do Modelo de Ordenamento do PDM e dos seus principais objetivos, procurou avaliar as concordâncias e/ou discordâncias com o território produzido no seu horizonte temporal. A avaliação incidiu apenas sobre o Modelo de Desenvolvimento e a Carta de Ordenamento à escala 1/10000, registando-se a impossibilidade da análise do Regulamento e a Planta de Condicionantes por falta de recursos.

A contiguidade e acessibilidade rodo e ferroviária a Lisboa, condicionaram fortemente a expansão urbana da Amadora, criando um território com características suburbanas marcado por atributos como: predomínio do uso residencial e de elevadas densidades habitacionais; dependências face a Lisboa no emprego e na aquisição de bens e serviços; ausência de qualidade do espaço urbano; coexistência de usos desqualificados e degradados; subequipamento generalizado.

A identificação das vulnerabilidades e das potencialidades de desenvolvimento do Município permitiu delinear o quadro de referência para as propostas do PDM que se apresentam: *Diversificar e Fortalecer a Base Produtiva, Melhorar o Padrão de Vida e Atenuar as Carências Habitacionais*. A estrutura espacial e relacional do território ficou estabelecida na planta de ordenamento e pela delimitação das classes de espaço em função do uso dominante no contexto das seis unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) e respetiva regulamentação.

Os três eixos estratégicos identificados foram desagregados em objetivos (de 2º e 3º nível) e ações e constituíram o guia orientador da análise. O documento estabelece no fim de cada objetivo, uma matriz de análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, servindo de discussão da situação vigente e pretendendo constituir um ponto de partida no processo de revisão do PDM. No final termina com Fichas de Indicadores (tratamento da informação censitária do Ficheiro Síntese de 1991 e 2001 e do Ficheiro de Unidades Estatísticas de empresas) com vista ao desenvolvimento de uma matriz de indicadores de monitorização.

A avaliação da Planta de Ordenamento compreendeu o nível de concretização das suas propostas e o que ainda estava por concretizar.

Esta tarefa revelou-se de grande complexidade, refletindo-se na morosidade (cerca de dois anos) e na introdução de sucessivas adaptações na metodologia, devido sobretudo ao volume de dados a recolher, sistematizar e analisar e aos constrangimentos encontrados.

A aluna ficou com a responsabilidade de desenvolver as seguintes áreas de trabalho: o eixo *Fortalecer e diversificar a base produtiva*, Espaço Urbano e Intervenções de Iniciativa Comunitária no domínio *Melhorar o Padrão de Vida*, e Reabilitação Urbana no eixo dedicado a *Atenuar as Carências Habitacionais*.

O eixo *Fortalecer e diversificar a base produtiva*, compreendeu uma abordagem feita ao nível da Grande Lisboa, seguida da análise da estrutura produtiva concelhia e por último de uma análise comparativa do perfil económico das UOPG. Recorremos às fontes oficiais de dados, como o INE, o MTSS e o IEFP.

Em síntese, a inserção metropolitana analisou os estabelecimentos e o emprego (números, quociente de localização, análise de componentes de variação), e a base económica local, a estrutura dos estabelecimentos e emprego, a estrutura das empresas sedeadas no Município, o nível tecnológico e economia baseada no conhecimento, as dependências face ao emprego e perfil socioeconómico dos residentes (fontes de rendimento, situação na profissão e desemprego).

Os principais constrangimentos sentidos na realização desta tarefa resumem-se à questão temporal da produção e disponibilização dos dados, aos custos associados ao seu fornecimento, à estrutura e nível de desagregação das bases de

dados, desadequada face aos objetivos definidos. Por exemplo, para traçar o perfil económico das UOPG, foi necessário tratar uma base de dados do INE em formato excel (Ficheiro das Unidades Estatísticas) com mais de 5000 registos, corrigir insuficiências e incorreções frequentes no que respeita a moradas, para chegar à sua repartição espacial.

O eixo Melhorar o Padrão de Vida do Concelho mereceu prioridade na execução do PDM por parte do executivo municipal e congrega do ponto de vista da estruturação e qualificação do território os domínios de maior relevância: Espaço Urbano, Acessibilidades, Ambiente Urbano e Oferta de Equipamentos e Serviços Públicos. O estudo do Espaço Urbano incidiu essencialmente na análise, para o decénio 1995-2005, do nível de preenchimento das classes de espaço urbano, urbanizável, urbanizável misto e Indústria/Serviços da Planta de Ordenamento. A informação necessária foi extraída dos PU's e PP's (eficazes e em elaboração) e dos alvarás de loteamentos urbanos, de iniciativa privada e pública, e edificações licenciadas ao abrigo do RJUE, que pela sua dimensão territorial se integravam na metodologia. (IKEA, Decathlon). Os quadros construídos tinham informação sobre as áreas de partida (quadro-síntese das áreas medidas na Planta de Ordenamento em formato analógico em vigor), o seu preenchimento em área e percentagem, o número de fogos e as áreas comprometidas.

As limitações encontradas para a realização desta tarefa foram muitas, mas podem agrupar-se em dois tipos segundo a sua natureza: estrutura organizacional dos serviços municipais e conteúdo dos dados propriamente ditos. As primeiras relacionam-se com a prevalência dos ficheiros de registos em papel, a inexistência de uma cultura de recolha, sistematização e a integração de dados e dispersão de soluções informáticas “fechadas”, por vários serviços municipais; por sua vez, o formato (analógico ou *raster*) da cartografia dos PP, PU e loteamentos, a ausência de normalização das categorias de espaço definidas nos PU e PP, a inexistência de uniformização das designações e desagregações dos valores constantes dos quadros-síntese dos loteamentos (por exemplo, cedências) integram as limitações da natureza dos dados.

O Município beneficiou de apoios comunitários destinados a financiar operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental. Nas Intervenções de Iniciativa Comunitária, tema enquadrado no eixo *Melhorar o Padrão de Vida*, procedeu-se a uma breve descrição dos programas e à sistematização de informação sobre os mesmos, nomeadamente: os objetivos estratégicos, os eixos de intervenção e os projetos/ações, fazendo um balanço dos níveis de execução. Embora assente em pressupostos diferentes, variando em função das áreas em presença, das suas vulnerabilidades e especificidades, os programas destinam-se a parcelas do território que o PDM já tinha identificado como susceptíveis de uma intervenção integrada de qualificação²⁴: O Urban I (1994-1999) na Venda Nova-Damaia de Baixo, , o Urban II (2000-2006) na Damaia-Buraca, o URBCOM do Centro da Amadora e o Proqual na Brandoa.

No domínio da Reabilitação Urbana, no eixo dedicado a *Atenuar as Carências Habitacionais*, procurou-se avaliar a dinâmica de conservação do edificado no decénio 1994-2004. A metodologia adotada, forçou a criação de uma base de dados em formato Acess, em virtude da formatação original dos mesmos, que respondendo às necessidades imediatas de controlo dos procedimentos administrativos do serviço competente (DRPHP), divergiam dos propósitos deste trabalho. A base de dados continha informação sobre a procura dos serviços para a identificação das causas de degradação dos imóveis (mediante as vistorias de habitabilidade), relativamente aos programas de incentivos (RECRIA, RECRIPH, SOLAR H) quando as condições de elegibilidade o permitiam, e sobre os casos em que a CMA avançou para obras coercivas chamando a si a resolução dos problemas. Regista-se o fato de o período de análise não ser totalmente coincidente com a vigência do PDM uma vez que os sistemas de incentivos, no modelo que se conhece aplicados no Município, surgiram em anos posteriores.

²⁴ O PDM identifica 9 áreas estratégicas de intervenção que pela localização ou função a desempenhar assumiam um papel determinante para a construção de um modelo urbano. As candidaturas aprovadas integram, total ou parcialmente, algumas dessas áreas estratégicas: d) Cova da Moura, e) Venda Nova, h) Zona Centro. A Brandoa, embora não integrando esta lista de áreas, foi alvo de uma intervenção destinada a inverter os problemas de desqualificação decorrentes da sua condição de Área Urbana de Génese Ilegal

A análise demonstrou um baixo nível de execução de programas de incentivos que derivam da falta de capacidade financeira dos proprietários, do Município porque o investimento tem priorizado a erradicação da habitação degradada, e pelas ilegalidades urbanísticas que proliferam nos edifícios (ex: marquises, alterações de uso, etc) que impedem o avanço das candidaturas. Por outro lado, a inadequabilidade dos programas constitui um entrave à realização de obras de conservação, porque exclui grande parte do parque habitacional que surgiu nas décadas de maior crescimento do Município.

VI.1.5. Urbanismo Comercial

2003-2006 - Projeto de Urbanismo Comercial (PUC) do Centro da Amadora

O programa URBCOM²⁵ constitui um importante instrumento de apoio à revitalização e dignificação das áreas de comércio tradicional. O seu objetivo central é o relançamento de um espaço com tradição comercial, adequando-o às exigências atuais do mercado através da modernização dos estabelecimentos comerciais, de ações promocionais e da requalificação do espaço público.

A Associação Comercial e Empresarial de Oeiras e Amadora (ACECOA) em parceria com a CMA candidatou em Junho de 2002 o Estúdio Prévio do Centro da Amadora ao Programa URBCOM. Com esta iniciativa, o Município ganhava a oportunidade de intervir numa área de reconhecida relevância para a construção de um novo modelo urbano, delimitado na Planta de Ordenamento como estratégica-zona h.

A metodologia para a seleção dos projetos obedecia a três fases distintas: a primeira, que corresponde à Qualificação do Projeto, consubstanciada no Estudo Prévio, seguida da apresentação do Plano Estratégico Urbano-Comercial (vulgarmente designado por Estudo Goba) e por último, a apresentação das candidaturas individuais das entidades beneficiárias de apoio financeiro: empresários, Estrutura Associativa e Câmara Municipal.

A Zona Centro da Amadora ao congregar um conjunto de circunstâncias favoráveis ao cumprimento dos critérios estabelecidos pelo Programa, ocupava uma

²⁵ Portarias nº 317-B/2000 de 31/5 e nº 113-A/2002 de 7/2

posição bastante vantajosa na ordem de apreciação das candidaturas a nível nacional²⁶ no entanto, a decisão de suspender os apoios co-financiados pelo Quadro Comunitário de Apoio III e pelo Programa Operacional da Economia destinados à Região de Lisboa e Vale do Tejo²⁷, contribuiu para inviabilizar a eventual seleção da candidatura do Município. Em 2004, retoma-se a qualificação de projetos globais de urbanismo comercial na Região de LVT na sequência da criação do PRIME-Programa de Incentivos à Modernização de Economia, que recupera o Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial²⁸.

Neste contexto, previa-se que o Estudo Global deveria desenvolver e concretizar os objetivos delineados no Estudo Prévio e responder aos pontos-chave identificados nos Termos de Referência aprovados pela Direção Geral da Empresa (DGE). A Estrutura Associativa apresentou o Estudo Global ao IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento) tendo sido aprovado, assistindo-se à publicação em Diário da República²⁹ das normas específicas do PUC da Amadora, que estabelecem os eixos urbanos que integram a Área de Intervenção (AI) e definem o período de apresentação das candidaturas individuais dos empresários situados na mesma. De um total de 167 estabelecimentos da AI apenas 21 apresentaram candidatura e viram os seus projetos aprovados. Ao sujeitar o apoio financeiro a conceder às entidades participantes, CMA e Estrutura Associativa, a uma percentagem do montante elegível do investimento das empresas³⁰, o enquadramento jurídico transferiu a entrega das candidaturas das duas entidades para uma fase posterior.

O sistema de incentivos previa desde o seu formato inicial, a criação facultativa de uma Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC). Esta “entidade” surge ligada à emergência de um novo paradigma na governabilidade dos centros de cidades, assente numa lógica de parceria estratégica entre agentes públicos

²⁶ 85 pontos no máximo de 100

²⁷ Despacho nº26566/2002 de 29/11/02 do Ministério da Economia DR II Série Nº291

²⁸ Portaria nº 188/2004 de 26/2 DR I Série-B Nº48

²⁹ Despacho nº482/XVII/2006/SECSDC Setembro de 2006

³⁰ 20% para a Câmara Municipal (com uma penalização de 30% em virtude da taxa de adesão dos empresários ser inferior a 50%) e 75% sobre o total do investimento previsto para o projeto de animação para a Estrutura Associativa (com o limite de 7,5% sobre o valor dos investimentos totais dos projetos individuais das empresas)

e privados, que operam no mesmo território. A manifestação da vontade de instituir a UAC no Centro da Amadora, com o objetivo de gerir e acompanhar a implementação do PUC, ficou expressa no protocolo de colaboração assinado entre a CMA e a ACECOA na fase inicial da candidatura, condição que contribuiu para o reforço da qualificação do Estudo Prévio. A criação da UAC do Projeto da Amadora, designada por Agência para a Promoção e Valorização Comercial do Centro da Amadora “AmadoraViva”, bem como o conteúdo do Projeto de Estatutos, foram aprovados em Sessão de Câmara e em Assembleia Municipal. A Agência revestia a forma jurídica de associação privada sem fins lucrativos, com a participação obrigatória da ACECOA e CMA. Após a aprovação da UAC, a Estrutura Associativa procedeu à apresentação da candidatura daquela unidade, que consubstanciava as ações de promoção e animação comercial, recursos humanos a afetar ao projeto, formação profissional, contratação de serviços, etc. A Agência “Amadora Viva” ainda desenvolveu e executou um plano anual de atividades de animação, mas a sua atividade foi muito limitada no tempo.

A candidata participou ativamente e de forma transversal em todo o processo, nos planos técnico e de acompanhamento administrativo, na esfera de estreita colaboração com a estrutura Associativa e de articulação com a DGE. Contudo, destaca-se o seu desempenho em três momentos principais: a elaboração do estudo Prévio, o parecer técnico do Estudo Global e apoio ao Gestor de Centro Urbano.

Partindo de um estudo detalhado sobre o Centro da Amadora,³¹ a candidata procedeu à sua reformulação e adequação aos critérios constantes da Portaria nº 317-B/2000 de 31/5, clarificando a posição do Centro no quadro dos parâmetros estipulados para a avaliação do mérito do projeto³² e aproveitando para atualizar o levantamento funcional dos eixos elegíveis e reafirmar a personalidade e vitalidade daquela área central. Em síntese, o Estudo Prévio continha: o enquadramento do projeto (o posicionamento do Centro no contexto da AML e do Município, diagnóstico sumário e matriz de avaliação estratégica), a estrutura funcional (análise setorial e

³¹ Preparação de Candidatura a apresentar ao PROCOM em 2001 mas não teve desenvolvimento

³² Despacho nº5293/2002, de 9/3 DR II Série Nº58-Fixa os critérios de seleção e avaliação do mérito do PUC: densidade e diversidade comerciais, funções urbanas centrais, existência de património classificado, implementação de UAC, existência de PUC anterior no Município e planos complementares de desenvolvimento

organização espacial), critérios para avaliação do mérito do projeto e o quadro de revitalização do comércio do Centro (principais intervenções propostas, estimativas de investimento, mérito do projeto).

Neste contexto, foi necessário realizar um inquérito aos empresários da Área de Intervenção, com os seguintes objetivos: caracterizar o estabelecimento/empresa, avaliar o dinamismo dos empresários (investimentos recentes) a sua opinião sobre os principais constrangimentos da AI (acessibilidade, animação/promoção urbana, a disposição para aderir ao sistema de incentivos, os domínios de aplicação dos incentivos e o valor previsível do investimento. Este último aspeto, revestia particular interesse porque fazia depender os incentivos a conceder à estrutura Associativa e ao Município; foi a partir da estimativa obtida acerca do nível de adesão e da presunção que as candidaturas individuais mereciam aprovação (qualidade forte ou qualidade média), que se obteve o referencial de investimento elegível para as duas entidades.

O Estudo Global, realizado por uma empresa escolhida no âmbito de uma prestação de serviços, foi alvo de um parecer técnico sobre o conteúdo das suas propostas, onde a aluna também colaborou.

Por sua vez, o Gestor do Centro Urbano da Amadora, surgiu no âmbito da Agência AmadoraViva, gerando grande expectativa face aos desafios previsíveis para esta figura. Para Pedro Guimarães (2012) desta figura era esperado *“Entre os saberes essenciais estão o conhecimento da realidade social e económica dos centros urbanos, de marketing urbano, da própria região onde se encontra inserido nas suas várias escalas, das regras de urbanismo, do sector comercial, de gestão financeira, de planeamento estratégico, da legislação aplicável ao sector comercial, entre outros conhecimentos de igual importância. Por último, tomando em consideração as actividades a serem desenvolvidas pelo gestor e respectiva UAC, estas são variadas e abrangem a promoção e definição de um conceito para a imagem da área, a elaboração de planos de actividades anuais, actividades de promoção da área em termos turísticos e comerciais, a regulação do espaço público, entre outras actividades.”*³³

³³ Pedro Guimarães, “Por uma gestão comum de áreas urbanas – a figura do gestor de centro urbano no âmbito do URB COM”, comunicação apresentada no XII Colóquio Ibérico de Geografia, 2010

Os Gestores escolhidos no contexto nacional, frequentaram um curso de formação especializado, tendo a aluna colaborado no desenvolvimento no plano de trabalho do Gestor da Amadora, através da construção de um inquérito dirigido aos consumidores da AI e o respetivo tratamento dos dados.

O tempo decorrido desde a realização desta tarefa e a aprendizagem retirada da frequência da unidade curricular Políticas de Urbanismo Comercial, permitiu uma reflexão profunda sobre este projeto, podendo-se concluir o seguinte:

- a mutabilidade das decisões da Administração Central é geradora de uma profunda instabilidade nas opções da Administração Local: veja-se o exemplo da decisão de suspender o financiamento a projetos de urbanismo comercial da Região de LVT, provocando avanços e recuos nos projetos;
- os municípios continuam a desempenhar um papel fundamental na promoção de projetos considerados estratégicos para o desenvolvimento das áreas centrais (prestação de apoio técnico, divulgação, articulação com a tutela, etc.) revelando a debilidades das estruturas associativas;
- a falta de dinamismo da maioria dos empresários, com uma visão limitada da sua atuação na revitalização do centros da Cidade e avessos à partilha de responsabilidades e ao estabelecimento de parcerias, contribuindo para a falta de sustentabilidade a prazo dos projetos de urbanismo comercial; no caso da Amadora, a relutância na adesão ao sistema de incentivos traduziu-se num montante disponível Município muito aquém do desejado condicionando a intervenção na qualificação do espaço público;
- o edifício legislativo e a estrutura de poder público instituído, muito hierarquizado e zeloso das suas competências, impede a implementação de modelos inovadores de gestão do espaço urbano (à semelhança dos casos de sucesso conhecidos internacionalmente como os *Town Center Management* ingleses e os *Bussiness Improvements Districts* norte americanos) e limita fortemente o desempenho da figura do Gestor do Centro Urbano; a propósito desta experiência, regista-se o voluntarismo de um grupo restrito de técnicos que propuseram a criação de um Gabinete destinado a gerir esta área, que consubstanciava uma unidade a

funcionar na dependência do DAU, com competências próprias, passando a gerir o espaço numa perspetiva integrada (licenciamento urbanístico, publicidade, conservação do edificado, intervenção no espaço público, etc.) mas sem sucesso³⁴.

- a definição de medidas de promoção e divulgação inovadoras, fugindo à tentação de aplicar soluções estereotipadas nem sempre as mais adequadas ao território em presença;

Num contexto de clara descapitalização dos privados e da contenção financeira imposta ao poder local, não se perspectivando a alocação de verbas para projetos neste domínio, o futuro dos centros tradicionais de comércio configura-se bastante incerto.

VI.1.6. Candidaturas

2009- Candidatura ao QREN no âmbito da Política Polis XXI-Parcerias para regeneração urbana – Eco-bairros “Ecoreabilita”

O Município decidiu apresentar candidatura ao Projecto “Programa integrados de Criação de Eco-Bairros” no âmbito da Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana, integrado no Eixo II- Sustentabilidade Territorial do Programa Operacional Regional de Lisboa.

Segundo o regulamento da candidatura³⁵ *Entende-se por “eco-bairro” as áreas urbanas que com base nos princípios do desenvolvimento sustentável adoptem de forma integrada e articulada equipamentos, redes de infra-estruturas, técnicas, metodologias e boas práticas que permitem rentabilizar a gestão e utilização dos diversos recursos necessários ao quotidiano e vivência da população, nomeadamente energia, água, resíduos, transportes, mobilidade e espaço público, melhorando desta forma o desempenho ambiental do bairro no seu todo (espaço exterior e interior), promovendo a sustentabilidade ambiental, social, económica e cultural da área de intervenção, com impactes positivos para a qualidade de vida e quotidiano da população.*

³⁴ Chegaram a ser estabelecidos contactos com dois Municípios da Grande Lisboa, que possuíam uma estrutura idêntica à idealizada, realizaram-se visitas e reuniões para troca de conhecimentos entre os técnicos municipais.

³⁵ Aviso nº5 PRU-POR Lisboa

A DRPHP despoletou a iniciativa para a apresentação da candidatura, constituindo-se de seguida, um grupo de trabalho pluridisciplinar, que embora reduzido e a colaborar numa base mais ou menos informal, percebeu claramente o alcance que o projeto assumia para o Município: primeiro porque na área de intervenção já decorriam ou estavam previstos projetos que contribuíam para justificar a área a candidatar e para enriquecer o programa de ação, por outro porque se tratava de uma via para financiar parte desses projetos.

Este trabalho exigiu da aluna um grande esforço, desde logo pela forte componente teórica enquadradora do tema³⁶, pelo tempo reduzido para a sua elaboração (interrompido pelas ausências motivada pelo calendário de férias de alguns dos colaboradores) e por se tratar da primeira vez que participava numa iniciativa com esta amplitude em todas as fases do processo, recaindo sobre si grande parte das tarefas: enquadramento, caracterização da área de intervenção, diagnóstico estratégico, justificação do mérito da candidatura e plano de ação.

O enquadramento teórico canalizou a candidatura para a reflexão em torno da transposição dos princípios da sustentabilidade para o espaço urbano, abordando questões como: novos paradigmas das políticas de cidade, a oposição entre os modelos de cidade dispersa e compacta, os níveis de atuação do modelo compacto, os marcos de identidade de um eco-bairro. Contudo, a componente teórica não integrou os elementos que compunham a candidatura, entendidos como não obrigatórios. Na nossa opinião, esta opção pode ter condicionado o entendimento da correspondência entre aquela componente e parte do plano de ação. Com efeito, quer a parte descritiva, quer a parte propositiva, faziam convergir a candidatura no sentido de apostar na forma urbana sustentável, assente na concentração, mistura de usos, continuidade, acessibilidade, acessibilidade pedonal etc e na demonstração que a AI gozava dessas vantagens (demonstrada com o auxílio de cartografia temática).

O plano de ação compreendia 5 domínios de desenvolvimento: qualificação do espaço público e do ambiente urbano, desenvolvimento económico, desenvolvimento social, desenvolvimento cultural e animação da parceria local; os

³⁶ Livro Verde do Ambiente Urbano, Nova Carta de Atenas, Carta de Leipzig Estratégia Nacional do Desenvolvimento Sustentável, Estratégia de Lisboa para a região de Lisboa 2020, QREN/POR Lisboa

domínios, concretizados em medidas, podiam revestir natureza de âncora ou de enriquecimento. Em síntese, a candidatura previa cerca de 40 ações, cabendo ao domínio da qualificação do espaço público e do ambiente urbano mais de 50% daquele valor.

Em matéria de promoção e valorização ambiental, a AI também dispunha de um importante leque de atividades e projetos-âncora, alguns bastante inovadores, que se traduziam em boas práticas ambientais. Apenas as áreas da eficiência energética e de gestão racional e reutilização de água, ainda numa fase incipiente no Município, ficaram aquém do número de tipologia de ações previstas no programa de candidatura. De facto as medidas a tomar para atingir as metas previstas no horizonte de 2 anos, estavam muito condicionadas pelo envolvimento da população-alvo, ficando o sucesso da ação do Município bastante limitado, justificando a tímida ambição da candidatura a este nível.

A governança democrática, enquanto pilar do novo paradigma das políticas urbanas, aparece reforçada com a Política de cidades Polis XXI, em particular nas Parcerias para a Regeneração Urbana, demonstrando que o sucesso das ações e a sustentabilidade dos projetos de base territorial depende em larga medida do envolvimento dos parceiros, privilegiando uma abordagem “a partir de dentro”. A candidatura identificou um grupo de parceiros mas infelizmente o número que respondeu favoravelmente ao convite foi menor que o esperado, comprometendo algumas das ações reconhecidas como relevantes e inovadoras neste contexto. Neste, como em outros projetos, ainda se sente a fragilidade das parcerias num novo modelo de gestão da Cidade, cabendo ao Município o papel de agente mobilizador/promotor, remetendo-nos para a tradicional discussão da ausência de uma prática de envolvimento dos diversos atores urbanos, na busca de um novo modelo de governação dos territórios, assentes em estruturas flexíveis de cooperação.

Curiosamente, a propósito da avaliação prévia das parcerias para a regeneração urbana, Cerdeira do Coto refere *“Este instrumento não deve ser um somatório de projectos de carácter infraestrutural, fortemente liderado só pelas autarquias, mas sim permitir a integração de parceiros privados, contribuindo para a regeneração urbana mais dinâmica e participada. Em suma, as PRU devem constituir*

uma agenda participada, que contribua para alterar os valores e as práticas urbanas de uma forma duradoura.”³⁷

Na avaliação final, os argumentos para reprovação da candidatura da Amadora passavam sobretudo pela desadequação do plano de ação apresentado face aos objetivos previstos no regulamento, uma vez que aquele, do ponto de vista prático, estava mais próximo de uma iniciativa destinada à regeneração de áreas urbanas e menos da vocação ambiental preconizada.

Desde 2007- Candidatura ao ECOXXI (1ª edição)

O ECOXXI é um projeto desenvolvido pela ABAE/FEE, Associação da Bandeira Azul da Europa/ FEE – Foundation for Environmental Education, destinado aos municípios e visa distinguir as boas práticas no sentido da sustentabilidade desenvolvidas a nível local, com especial ênfase nos aspetos relativos à qualidade ambiental e às práticas de educação para a sustentabilidade.

Inspirado nos objetivos da Agenda 21, procura, através de um sistema de 23 indicadores e diversos sub-indicadores, avaliar diversas vertentes da sustentabilidade e da qualidade ambiental. Os indicadores encontram-se distribuídos por áreas tão diversas como: Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Ordenamento do Território, Transportes, Ruído, Ar, Água, Resíduos, Energia, Educação Ambiental, Turismo, Instituições etc.

Ser município ECOXXI significa em primeiro lugar assumir o compromisso de adotar medidas conducentes à sustentabilidade, com especial empenho na promoção desta educação junto dos seus munícipes.

A participação no ECOXXI é voluntária, tendo o município da Amadora tomado a decisão da apresentação da sua candidatura, pela 1ª vez em 2007 voltando a fazê-lo em 2008, 2009, 2010 e 2012.

Para além de garantir a recolha e sistematização de informação para preenchimento dos 4 sub-indicadores que constituem o Indicador do Ordenamento do Território (que avaliam domínios como espaços verdes, consolidação do espaço

³⁷ Marta Cerdeira do Coto- “Parcerias para a Regeneração Urbana: uma prévia avaliação da aplicação deste instrumento de política urbana” comunicação apresentada no XII Colóquio Ibérico de Geografia, 2010

urbano, renovação e reabilitação urbana e planeamento) o facto de a DIG ter como competências a manutenção de uma base estatística atualizada do Município, acabou por transformar numa tarefa habitual o fornecimento de informação estruturada a outros serviços, para o preenchimento de outros indicadores que constam da candidatura.

2003- Participação na elaboração de candidatura para obtenção de apoios financeiros para a elaboração da Carta de Ruído.

O Regulamento Geral do Ruído³⁸ define como obrigatório para as Câmaras Municipais a delimitação, no respetivo Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT), e a disciplina de zonas classificadas como sensíveis e mistas, pelo que devem os municípios promover a elaboração de mapas de ruído, de planos de redução de ruído e de planos de monitorização.

Em 2003 foram abertas candidaturas para obtenção de apoios financeiros para a elaboração da Carta de Ruído, conforme disposto no Despacho n.º10856/2003 do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente publicado na 2ª Série do DR n.º 126, de 31 de Maio de 2003. O Despacho definia o programa de candidatura e respetivo regulamento, bem como os demais elementos técnicos a observar, clarificando desde logo que só poderiam ser aprovadas candidaturas desde que adotassem a metodologia indicada no documento "Elaboração de Mapa de Ruído/Princípios orientadores" do Instituto do Ambiente (IA) e da Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

À aluna coube a preparação dos termos de referência para a abertura de concurso de prestação de serviços destinada à elaboração da Carta de Ruído da Amadora, em estreita articulação com o serviço municipal de ambiente e na fase final, a reunião dos elementos para a entrega da candidatura no IA.

³⁸ DL n.º292/2000 DR 1ª Serie-A n.º263 de 14 de Novembro (revogado pelo DL n.º9/2007 DR 1ª série n.º 12 de 17 de Janeiro, atualmente em vigor)

VI.1.7. Reabilitação Urbana

Desde 2008- Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana do Município da Amadora (ARU's)

A Lei do Orçamento de Estado para 2008³⁹ aprovou o Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana, que regula a concessão de incentivos fiscais às ações de reabilitação de imóveis (Artº79º da LOE). As Áreas de Reabilitação Urbana são definidas como "...área(s) territorialmente delimitada(s), caracterizada(s) pela degradação e obsolescência dos edifícios, das infra-estruturas urbanísticas, do equipamento social, das áreas livres e do espaço público e podendo abranger zonas históricas ou antigas, como tal qualificadas nos planos municipais de ordenamento do território, zona de proteção de imóveis classificados no termos da Lei de Bases do Património Cultural e outras zonas urbanas degradadas onde se verifique a predominância de edifícios com deficientes condições de solidez, segurança, salubridade e estética, em particular as classificadas como Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística" (Artº2º).

Segundo o Artº 3º nº2 compete à Assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal a delimitação das áreas de reabilitação urbana, obtido o parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP.

A realização de ações de reabilitação abrangidas pelo presente regime em articulação com o Estatuto dos Benefícios Fiscais ⁴⁰, permite aos proprietários usufruir de um conjunto de benefícios/isenções fiscais extraordinárias, desde que tenham realizado obras de requalificação até 2020, dos quais se destacam: redução do imposto sobre mais-valias; regime especial de tributação sobre rendimentos prediais (arrendamentos); possibilidade de isenção de pagamento de IMI por 5 anos; possibilidade de isenção de IMT; redução da taxa de IVA na empreitada. É condição para a aplicação deste regime, que o edifício atinja um estado de conservação substancialmente melhor que o atual, estando os critérios de avaliação do nível de conservação previstos no Novo Regime de Arrendamento Urbano ⁴¹.

³⁹ Lei 67-A/2007 de 31/12

⁴⁰ Artº 71º do DL 215/89, de 1/7; última alteração DL 15/2010 de 26/12

⁴¹ Lei nº6/2006, de 27/02

O Município da Amadora, por iniciativa da DRPHP, decidiu desencadear o processo de delimitação de ARU's, colocando à disposição dos particulares/proprietários os benefícios fiscais preconizados na lei, na expectativa que tal constituiria um incentivo acrescido à reabilitação.

À DIG competia, na sequência da delimitação das AI's e do respetivo levantamento de campo, elaborar um documento a sujeitar à apreciação do IHRU e da AM. O trabalho é composto por uma parte escrita e cartografia de apoio, incidindo a primeira sobre os seguintes aspetos:

- enquadramento teórico, que dedica uma breve reflexão sobre as orientações estratégicas emanadas de documentos que tratam da transposição dos princípios da sustentabilidade à escala urbana e apelam à integração das práticas da reconversão, reaproveitamento e reutilização nas políticas urbanas⁴²;
- contexto legal, que sustenta as medidas a aplicar nos eixos delimitados;
- breve caracterização do parque habitacional e do seu estado de conservação, à escala municipal, de acordo com as variáveis do Censo de 2001;
- fundamentação da escolha das AI's no contexto geral;
- ficha-síntese por AI, que caracteriza o território e explora o seu potencial de intervenção;

Relativamente à cartografia, para além da necessária ao enquadramento do trabalho, procedeu-se à espacialização de três variáveis: a década de construção, o estado de conservação e a respetiva tributação do IMI (majoração, manutenção ou minoração).

A não coincidência entre as ARU's definidas, por se considerar que apenas abrangiam eixos, forçou a reformulação do projeto, ocasionando a transformação de eixos em áreas propriamente ditas, através por exemplo, da fusão de alguns bastante próximos, ao mesmo tempo que se aproveitou a oportunidade para alargar a iniciativa a parcelas do Município não contempladas inicialmente.

⁴² Cidades Europeias Sustentáveis, Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015, Quadro de Referência Estratégico Nacional3 (QREN) 2007-2013, Programa Operacional Regional de Lisboa, Política de Cidades Polis XXI

Neste contexto, estão delimitadas 6 ARU's que abarcam cerca de 1030 edifícios, sendo a taxa de execução de reabilitação nestas áreas de cerca de 3%, valor apurado em Dezembro de 2011.

Acertada a definição das ARU's, a aluna passou a garantir a produção dos elementos cartográficos que anualmente sustentam a atualização do valor da tributação de IMI, destinados à aprovação da Assembleia Municipal.

VI.2. NOMEAÇÕES PARA GRUPOS DE TRABALHO MULTIDISCIPLINARES

2012- Elemento do grupo de trabalho que acompanha a elaboração da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana

Tendo em conta as especificidades do território da Amadora e o referencial estratégico de âmbito comunitário (QREN), nacional (PNPOT) regional (PROTAML) que apostam num novo paradigma de política territorial assente na requalificação e regeneração de áreas urbanas, a administração municipal reconheceu que estavam reunidas as condições para encomendar, a um grupo de especialistas, a elaboração da “Estratégia de Reabilitação Urbana Amadora 2025”.

O documento procura articular as intervenções de reabilitação desenvolvidas pelo Município quer através de programas de apoio comunitário (URBAN II, URBCOM, PROQUAL, etc.), quer dirigidos à reabilitação do edificado através de incentivos (Benefícios Fiscais, ARU's, ACRRU's, RECRIPH, RECRIA etc.) ao mesmo tempo que preconiza: a definição de uma visão e objetivos estratégicos em articulação com os principais atores locais; a estruturação de um modelo territorial a integrar no próximo PDM; a definição de um programa de ação que sistematize as intervenções a empreender e os mecanismos inovadores a afetar; desenhar um plano de monitorização que permita avaliar sistematicamente o cumprimento dos objetivos estipulados.

Como consequência da metodologia e organização funcional acordada entre a equipa técnica e o serviço municipal que encomendou o estudo, a participação de um grupo restrito de técnicos municipais é transversal ao trabalho, mas manifesta-se em momentos específicos, numa perspetiva de rentabilização do conhecimento acumulado sobre o território. Encontrando-se a decorrer a fase do diagnóstico, o

contributo da aluna compreende o fornecimento de informação considerada relevante para elaborar o enquadramento do documento (por exemplo no que diz respeito à distribuição espacial das atividades económicas e às Áreas de Reabilitação Urbana) e a participação nas reuniões periódicas com vista à delimitação de áreas prioritárias de intervenção e respetivos critérios.

2012- Designação para membro da equipa técnica responsável pela elaboração do Plano Municipal de Emergência em representação da DIG.

Na sequência da Resolução nº25/2008 da Comissão Nacional de Protecção Civil⁴³ que fixa os critérios e normas a observar na elaboração do Plano Municipal de Emergência, foi constituída em Fevereiro de 2012, uma equipa técnica composta por funcionários da CMA, desde logo pelos que integram o Gabinete da Protecção Civil e de outros, com valências consideradas relevantes para o projeto. O contributo da aluna deverá passar pelo desenvolvimento da *Secção II da Parte IV-Informação Complementar* definido no Diploma, onde constam os domínios relativos à caracterização demográfica e socioeconómica do Município, bem como aos estudos necessários à construção da cartografia de risco. Por sua vez, a cartografia municipal de risco, a realizar segundo as indicações preconizadas no *Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco*⁴⁴, servirá para integrar o conteúdo do próximo PDM, cumprindo as disposições do PNPOT neste âmbito.⁴⁵

2009 – Designação para integrar o grupo técnico destinado a participar na elaboração da Agenda 21 Local da Amadora (Despacho do Vereador do Ambiente aprovado em Sessão de Câmara de 04/02/2009)

No âmbito de um protocolo de colaboração entre a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e os Município de Amadora, Águeda e Mora, foi criado um grupo de trabalho a sujeitar a uma experiência piloto, prevendo-se que cada um iniciaria o

⁴³ DR II série nº138, de 18 de Julho de 2008

⁴⁴ Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica de base municipal, ANPC/DGOTDU/IGP, 2009

⁴⁵ “Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede do PROT, PMOT e PEOT, e consoante os objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados” *Programa Nacional da Política Nacional de Ordenamento do Território (2007-2013)*, Objetivo Específico 1.11-avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos, Medida Prioritária nº3

processo de elaboração da Agenda 21 Local, obedecendo à metodologia descrita no Manual para a Implementação da Agenda 21 Local⁴⁶ produzido pela APA.

A primeira tarefa constou da seleção de conteúdos, destinados a integrar a página da internet do Município, em espaço dedicado à divulgação do arranque da Agenda 21 Local, o que determinou uma pesquisa aprofundada sobre o domínio da sustentabilidade. Os conteúdos publicados incidiram sobre: o que é o desenvolvimento sustentável e os seus pressupostos; a abordagem da sustentabilidade no contexto internacional, principais momentos e documentos; a abordagem da sustentabilidade no contexto nacional; princípios da sustentabilidade; princípios e conceitos chave da Agenda 21 Local; Agenda 21 Local da Amadora: antecedentes, metodologia, quadro institucional e intervenientes. O *site* dispunha ainda de uma funcionalidade (envio de e-mail para a morada da agenda21local), através do qual os Munícipes poderiam depositar as suas sugestões, logo na fase inicial do processo.

Nas etapas seguintes, consubstanciadas em reuniões de trabalho multidisciplinares, com todos os intervenientes designados para a equipa técnica, cabia à aluna a recolha e seleção de dados de base e indicadores, organizados por domínios, a integrar no diagnóstico do Município, desenvolvendo-se assim uma das primeiras fases identificadas na metodologia de elaboração da Agenda 21.

IV.3. RELAÇÃO ENTRE A CMA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NA ORIENTAÇÃO DE TRABALHOS/ESTÁGIOS

Neste ponto apresenta-se uma breve reflexão sobre as relações estabelecidas entre a DIG e as instituições de ensino superior. A progressiva abertura do Município à comunidade académica, ora numa perspetiva vinculativa das partes, formalizada com a assinatura de protocolos de colaboração, ora mais informal, suportada em relações de proximidade com alguns docentes (alguns já profundamente conhecedores da realidade do Município em resultado de estudos ou investigações realizados) tem-se revelado, na nossa opinião, uma experiência bastante enriquecedora com vantagens para todas as partes envolvidas.

Qualquer que seja a modalidade de colaboração adotada, não podemos deixar de referir o papel central que as Universidades têm assumido no

⁴⁶ Agência Portuguesa do Ambiente, Guia Agenda 21 Local-Um desafio para todos, 2007

estabelecimento de contactos, quer pela natureza prática dos cursos de Geografia e Planeamento Regional, quer pela necessidade de preparar/orientar os alunos no processo de integração no mercado de trabalho.

Na DIG, o acolhimento de alunos, seja para a realização de trabalhos académicos no âmbito das unidades curriculares ou sob a forma de estágios curriculares em contexto de trabalho, é encarado como uma tarefa de responsabilidade. Só faz sentido aceitar o desafio de receber e enquadrar alunos se previamente estiverem reunidas algumas condições: primeiro, que o contacto prático com um Município constitui uma mais-valia efetiva para os alunos, segundo, que se pode compatibilizar os conteúdos explorados nas unidades curriculares e as tarefas que o Município pretende ver desenvolvidas e por fim, que existe disponibilidade de um ou mais técnicos, em função das competências ou áreas de especialização, para prestar todo o apoio aos alunos.

Os alunos, beneficiando do contacto com a prática profissional, tinham uma orientação partilhada entre o docente da Faculdade e um elemento da DIG.

2010- “Inquérito aos utilizadores dos espaços verdes do Município da Amadora”

Na sequência do protocolo de colaboração existente entre a DIG e o e-Geo, foi proposto ao Município receber um aluno do 1º ciclo de Geografia e Planeamento Regional a frequentar o Programa Erasmus, para realizar um estágio no 2º semestre do 3º ano da Licenciatura. O estagiário tinha uma dupla orientação: um docente do DGPR e um técnico da entidade de acolhimento.

Face às carências presentes no território, a autarquia centrou a sua ação no combate ao subequipamento crónico e daí a promoção da construção de equipamentos de educação e ensino e apoio à infância (recorrendo com frequência à negociação com os proprietários de terrenos expectantes por forma a agilizar a sua construção, tentando contrariar a escassez de terrenos e os meios financeiros) mas este combate ditou a secundarização dos espaços verdes de recreio e lazer.

Contudo, nos últimos anos, a Amadora assistiu a uma profunda transformação do seu território, destacando-se desde logo a criação de novos espaços verdes públicos e a requalificação mais ou menos profunda de outros já existentes. Em termos

quantitativos, o esforço resultou no aumento da capitação de espaços verdes que passaram de 2,32m²/hab em 1995 para cerca de 7,8 m²/hab em 2012.⁴⁷

Esta intervenção foi realizada na ausência da auscultação da população e das suas expectativas para estes espaços. Isto não deve ser entendido como uma crítica dirigida à Amadora em particular, é apenas a constatação da forma de atuação do poder local na gestão do espaço público, que no fundo está instituída no País e espelha o protagonismo que neste, como em outros domínios, é atribuído aos Municípios pela normativa. Contudo, o aparecimento de instrumentos inovadores que defendem novas formas de relacionamento e cooperação entre atores locais e o reforço da participação cívica, como a Agenda 21 Local e os Orçamentos Participativos (que este ano registam já a 3ª edição), têm contribuído, ainda que timidamente, para inverter a tendência instituída.

Neste contexto, tendo como ponto de partida as obras realizadas, achou-se por bem proceder a uma recolha de dados direta, estruturada num inquérito, que procurasse objetivar uma questão que se reveste de grande subjetividade como é a apreciação dos espaços verdes públicos. Esta proposta foi aceite pelo aluno, conciliando-se assim a oportunidade de lançar um inquérito aos utilizadores dos espaços verdes do Município da Amadora.

A primeira parte do relatório compreendia uma abordagem teórica sobre: funções, conceitos e recomendações em matéria de espaços verdes, o enquadramento legal que regula as competências dos municípios no domínio do ordenamento do território, a valorização da componente ambiental na LBOTU e no RJGT e a reserva de áreas em sede de licenciamento de operações urbanísticas.

Sucintamente com a aplicação deste inquérito à população pretendia-se perceber: a relevância assumida pelos EVP no entendimento do conceito de “qualidade de vida”; o perfil ou perfis de utilizadores dos EVP do Centro; a intensidade de utilização dos EVP; os hábitos dos cidadãos na ocupação dos tempos livres e o peso dos EVP na satisfação desses momentos; a existência de fatores atrativos/repulsivos

⁴⁷ A meta proposta no PDM para o planeamento dos espaços verdes é de 40m² por habitante. Destes, 10m² deverão ser localizados próximo da habitação, com fácil acessibilidade (400m) e os restantes 30m² deverão constituir o espaço verde integrado na estrutura verde principal

dos EVP; a percepção do resultado das intervenções na melhoria da imagem da Cidade e se isso se repercutiu na reconfiguração da utilização dos EVP; a atratividade exercida pelos espaços livres e de lazer próximo da Cidade.

2010- “Levantamento funcional do Município da Amadora”

O trabalho foi realizado em colaboração com 4 alunos das Escola Intercultural das Profissões e do Desporto (Escola profissional existente no Município) que se encontravam a frequentar o curso de Técnico de Apoio à Gestão (Curso EFA Nível 3). Constituiu uma formação prática em contexto de trabalho, estando os alunos sujeitos à entrega do trabalho, sob a forma de um relatório.

No final a candidata participou no processo da avaliação individual dos alunos, com o preenchimento das fichas técnicas fornecidas pela Escola.

2005 – “Avaliação da dinâmica de conservação do parque habitacional privado”

Procurando responder a um pedido de colaboração do Centro de Estudos Geográficos da FL/UL acolheram-se dois alunos que centraram o seu trabalho no enfoque do tema da requalificação das áreas urbanas consolidadas. A necessidade de proceder à recolha e sistematização da informação considerada relevante para avaliar a dinâmica de conservação do parque habitacional privado, no contexto de elaboração do REOT, justificou a realização de mais um trabalho académico.

Aos alunos foi proposto que, partindo de um ficheiro em papel que continha todos os pedidos entrados na DRPHP, se procedesse à informatização (base de dados em formato Access) dos registos, com o objetivo de reunir informação sobre a dinâmica da procura dos serviços municipais, por parte dos privados. No final, a informação poderia ser apresentada em quadros-síntese ou cartografada, permitindo uma leitura espacializada das áreas de maior ou menor incidência dos sinais de degradação do edificado ou as mais dinâmicas no recurso a programas de participação, etc. constituindo em simultâneo um diagnóstico e um documento orientador para, por exemplo, delimitar áreas de intervenção prioritária.

O estágio obedeceu a uma primeira fase, de natureza teórica, em que foi dado a conhecer aos alunos o âmbito de atuação da DRPHP, o seu papel na orgânica municipal, a tipificação dos pedidos efetuados pelos munícipes (vistorias de

habitabilidade, obras coercivas, comparticipações financeiras etc.) e respetivos procedimentos, e outra de natureza mais prática, de carregamento de dados.

2003- “Inquérito ao edificado dos eixos que integraram o Projeto de Urbanismo Comercial da Amadora”

O balanço dos primeiros projetos de urbanismo comercial, no formato PROCOM, mostrou que o sucesso das intervenções nos centros de cidade dependia em larga medida da imagem e do ambiente urbano. Assim, as candidaturas no formato URBCOM reservaram verbas destinadas à requalificação do espaço público nas Áreas de Intervenção, condicionada, contudo, a uma percentagem do montante do investimento a realizar pelos empresários.

O Município da Amadora reconhecendo a importância do edificado e sua conservação, no contexto da valorização da imagem urbana, pretendia com este trabalho atuar em duas vertentes: por um lado, sensibilizar e incentivar os proprietários a recorrerem ao sistema de financiamento para recuperação e reabilitação do parque habitacional e por outro, permitir à Câmara dispor de uma base de dados sobre as condições físicas do edificado, bem como orientar a adequação dos regimes de apoio específicos (RECRIA, RECRIPH, REHABITA), de acordo com a situação particular de cada edifício.

O estágio realizado por duas alunas, no âmbito de um seminário da Licenciatura em Geografia - Variante Urbanismo, FL/UL, compreendeu quatro fases, conjugando a componente prática e teórica: elaboração do inquérito, trabalho de campo para o seu preenchimento, apuramento de resultados e estabelecimento de uma metodologia destinada à definição do estado de conservação, e por fim estruturação de uma base de dados, destinada a integrar um sistema de informação geográfica de apoio à gestão da candidatura ao URBCOM.

Face ao conteúdo muito específico do trabalho (caracterização e avaliação das condições físicas do edificado) a orientação foi tripartida entre a FL, um elemento da DIG e a Chefe de Divisão de Habitação e Recuperação do Parque Habitacional Privado (DRPHP), com formação em Engenharia Civil, serviço competente em matéria de conservação dos edifícios e gestão dos programas de incentivo.

Uma vez que os objetivos do trabalho se revelaram bastante ambiciosos face ao tempo disponível das alunas, o projeto tomou dois rumos distintos: para a Faculdade foi produzido um relatório de acordo com o contexto e exigências do seminário enquanto para o Município, o projeto assumiu contornos mais técnicos com a definição efetiva do estado de conservação, a criação de uma base de dados em Access e a elaboração de relatório final.

A informação recolhida foi recuperada em 2007, servindo de suporte à preparação do diagnóstico que integrou o Estudo Estratégico “Revitalizar o Centro da Amadora”, produzido por um gabinete da especialidade, na sequência de uma iniciativa municipal.

VI.4. ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E APRESENTAÇÕES NO ÂMBITO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

A ligação contínua com a universidade também oferece aos técnicos diversas oportunidades para, em contextos específicos, apresentarem casos práticos que decorrem do desenvolvimento das suas tarefas profissionais. Os desafios lançados para participar em iniciativas como aulas, congressos, seminários etc. representam uma experiência bastante gratificante e embora seja encarada com grande responsabilidade, não deixa de ser sentida como o reconhecimento de que a prática diária de um técnico municipal também permite o desenvolvimento de trabalhos assentes em metodologias inovadoras ou com resultados pertinentes suscetíveis de divulgação ou ainda, que o geógrafo, pelas valências da sua formação, é capaz de explorar novas áreas de investigação. (anexo X.6.)

Por outro lado, “comunicar a Geografia” ou explicar a importância do geógrafo no contexto de uma Autarquia, tem sido uma tarefa que tem vindo a ganhar destaque, na sequência das solicitações efetuadas pelos estabelecimentos de ensino do Município. Este tipo de pedidos exige um trabalho preparatório de modo a adequar as tarefas desenvolvidas na DIG ao conteúdo programático e ao nível de ensino dos destinatários.

2011/2012- Apresentação aos alunos da Escola Secundária da Amadora sobre o papel do geógrafo nos Municípios. Foram realizadas 3 sessões dirigidas aos alunos do 10º e 11º ano de escolaridade, ficando a aluna encarregue de abordar domínios relacionados

com atividades económicas e espaço urbano; urbanismo comercial e regeneração urbana.

2010 - Redação de um artigo científico “Que espaço para os espaços verdes públicos? Efeitos de uma política de requalificação urbana” em parceria com o Prof. Doutor Jorge Gonçalves (investigador do IST-CESUR) apresentado sob a forma de um artigo científico no Congresso “Planeamento Municipal: Balanços e Desafios” promovido pelo IGOT, Lisboa, 4 e 5 de Novembro de 2010

Para além de aprofundar as conclusões resultantes da aplicação do inquérito “Inquérito aos utilizadores dos espaços verdes do Município da Amadora”, o artigo explora um conjunto de questões relacionadas com a evolução recente dos EVP no Município, os motivos que levaram à secundarização destes espaços face a outras prioridades de intervenção, as condicionantes de atuação da Administração Local neste domínio, a posição entre o discurso e a praxis por parte dos cidadãos no que respeita aos EVP, entre outros.

2009- Realização e apresentação em powerpoint do projeto ECOREABILITA ao grupo de peritos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, responsáveis pela apreciação da candidatura “Programa integrado de Criação de Eco-Bairros” no âmbito da Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana.

2009 - Redação de um artigo científico intitulado “Aplicação do conceito de eco-Bairro num bairro do Município da Amadora: uma abordagem experimental” apresentado no VII Congresso de Geografia Portuguesa “Trunfos de uma Geografia activa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia” que decorreu em Coimbra, de 26 a 28 de Novembro de 2009

2008- Apresentação do Relatório de Estado do Ordenamento do Território da Amadora, a convite do Professor José Manuel Simões, numa sessão do seminário de Mestrado em Geografia da FL/UL.

Face ao público-alvo, e à impossibilidade de explorar a totalidade do documento numa só sessão, procedeu-se a uma seleção prévia dos temas do REOT a

apresentar. De entre os domínios elaborados pela aluna a comunicação cingiu-se aos mais importantes, isto é a base económica e o espaço urbano.

VI.5. ATIVIDADE PROFISSIONAL COMO FORMADORA

2011- Formação a funcionários das Juntas de Freguesia sobre o conteúdo do tema “Informação Geográfica e Urbana” disponível no site da Câmara Municipal da Amadora. Para além dos dados disponíveis para consulta (cartografia temática, estudos de caracterização, estudos sectoriais de planeamento, planos municipais de ordenamento do território), foi-lhes dado a conhecer como podem explorar as potencialidades da aplicação “Mapas Interativos”.

2011- Formação a Coordenadores, Subcoordenadores e Recenseadores no âmbito da operação Censo2011 (90 horas de formação, repartidos por 3 dias a CF/SCF e 2 dias a RE, no total das duas Freguesias).

A formação, assente num formato intensivo, compreendia um programa teórico e prático adaptado aos dois grupos-alvo. Enquanto que aos RE a formação incidia sobretudo na componente operacional do recenseamento, que ia desde a apresentação dos questionários até às técnicas de abordagem, à estrutura coordenadora (composta pelos CF/SCF) foi adicionado um ponto dedicado à manipulação da aplicação informática SCTC, permitindo o carregamento diário de dados, um controlo direto do desempenho dos RE e o fornecimento de pontos de situação aos níveis hierárquicos seguintes.

2010- Sessão de formação dirigida aos alunos da Escola Intercultural de Profissões e do Desporto do Curso de Técnico de Apoio à Gestão.

A sessão versou sobre os seguintes temas: atividades económicas (modelos e teorias); métodos e técnicas de venda; formas de organização do comércio; vantagens e desvantagens do comércio tradicional; novas formas de comércio; definições e critérios de classificação; levantamento funcional; funções do comércio; organização comercial à escala urbana; Projetos Especiais de Urbanismo Comercial; PUC da Amadora.

VI.6. NOMEAÇÃO PARA JÚRIS DE CONCURSO - Nomeação para 1º vogal suplente de júri de concurso para contratação de pessoal

Contratação em funções públicas por tempo indeterminado com vista à ocupação de 1 lugar do mapa de pessoal, da carreira de Técnico Superior (na área de informação geográfica) Aviso n.º 18285/2011 publicado no DR 2.ª série nº 178 de 15 de Setembro de 2011.

VII. FREQUÊNCIA DO MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO NA MODALIDADE PRÉ-BOLONHA

A decisão de apresentar candidatura à frequência do Mestrado em Gestão do Território ocorreu em 2001, motivada pela necessidade de consolidar e atualizar conhecimentos. O afastamento da Faculdade, volvidos 4 anos após a conclusão da licenciatura e a consciência das alterações produzidas no domínio do ordenamento do território, designadamente a publicação da Lei de Bases de Ordenamento do Território e Urbanismo e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, justificaram a decisão.

A frequência da componente curricular do Mestrado abarcou dois momentos distintos na carreira de técnico superior de Geografia: o primeiro, quando ainda se encontrava a desempenhar funções no apoio à direção do DAU, e o segundo, que coincidiu com a passagem para o Gabinete SIG. Tendo este Gabinete a seu cargo o desenvolvimento de estudos de caracterização e planeamento, estavam criadas as condições para transpor e adaptar os conhecimentos teóricos e as metodologias adquiridos no Mestrado, ao mesmo tempo que a informação municipal gerada no Gabinete permitia desenvolver os trabalhos práticos exigidos nas unidades curriculares que compunham a componente letiva.

O alinhamento das unidades curriculares do Mestrado, os conteúdos abordados e a antecipação de algumas questões atualmente em discussão, traduziram-se no enriquecimento técnico da aluna, capacitando-a para desenvolver tarefas que tinha a cargo precisamente naquele momento e para a obtenção de suportes teóricos e metodológicos, para outros trabalhos que a DIG tem vindo a realizar.

Apesar da riqueza de conteúdos ser transversal a todo o programa da unidade Planeamento e Ordenamento do Território, não podemos de deixar de realçar três domínios que foram marcantes no desempenho profissional: o enquadramento conceptual da política de ordenamento do território e os níveis hierárquicos de intervenção (documentos enquadramentos europeus como o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário e Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu; o PNPT a nível nacional); o ordenamento do território em Portugal, retrospectiva e situação atual (novos problemas e novos critérios de delimitação sobre a forma de ocupação do território); o ordenamento à escala municipal (quadro legal, instrumentos, atores, etc.)

Este último domínio ganha notoriedade naturalmente, repercutindo-se na elaboração das tarefas futuras por ter dado uma visão sobre: PDM e evolução da figura, avaliação dos PDM de 1ª geração e a passagem para os de 2ª geração ou de transição, avaliação e monitorização como suporte às políticas públicas, princípios da sustentabilidade aplicados ao modelo urbano (compactação vs expansão) e às intervenções à escala urbana (da expansão à regeneração).

Se é um facto que as temáticas foram importantes para o exercício de funções, o inverso também se aplica: a experiência adquirida no DAU permitiu responder ao trabalho prático da disciplina, que incidia sobre a pressão urbanística no Município de Sintra, na faixa Rinchoa-Tapada das Mercês. A metodologia, assente na recolha e sistematização da informação contida nos alvarás de loteamento emitidos pelo Município, foi enriquecida com a prática diária.

A transição do planeamento para a gestão urbanística foi realizada no âmbito da disciplina de Gestão Integrada do Território, o que possibilitou descer na escala de análise, clarificar o campo de atuação de cada um dos domínios e a sua interação. Uma vez mais, a prática profissional no DAU constituiu uma mais-valia no entendimento das matérias, mas saiu valorizada sobretudo nos domínios da normativa urbanística (índices e parâmetros de edificabilidade), da execução de planos e operações urbanísticas, do mercado imobiliário e seus atores, da intervenção pública no mercado de solos, na avaliação de planos, na integração da função de monitorização no

processo de planeamento e na valorização da componente ambiental no ordenamento do território.

Os três exercícios práticos desenvolvidos nesta unidade foram de extrema utilidade para o desempenho profissional e consistiram em: aplicação de índices e parâmetros de edificabilidade, criação de uma metodologia de monitorização da alínea f) do nº6º da LBOTU⁴⁸ e análise crítica de um capítulo da obra *Land use planning for sustainable development*⁴⁹, dedicado à integração da consciência ambiental e à participação pública no processo de planeamento do território numa comunidade americana.

Refere-se em particular o segundo trabalho, que a partir da aplicação a um caso prático, permitiu um exercício de estruturação de objetivos, a elaboração de indicadores e a operacionalização do projeto com a construção de um sistema de informação. A reflexão ajudou a interiorizar a necessidade de passar da lógica da visão centrada no plano para a visão centrada no plano-processo (atividade continuada) e instituir a mensurabilidade do planeamento. Esta, deve ser suportada num sistema de informação geográfica, reconhecido como um instrumento fundamental na integração e espacialização de informação, capaz de fornecer informação em “tempo real”, concorrendo para avaliar os resultados, recomendar a redefinição de objetivos e contrariar as incertezas.

O conhecimento adquirido nestas duas unidades curriculares foi determinante na realização do REOT da Amadora. Apesar do exercício da avaliação ter sido circunscrito à execução da Planta de Ordenamento e aos objetivos do Modelo de Desenvolvimento, abstendo-se de analisar outros elementos indicados como fundamentais em termos teóricos, a verdade é que só a aprendizagem da abordagem metodológica e o apoio científico prestado permitiu conduzir esta tarefa a bom porto.

A integração da componente ambiental no planeamento territorial tem sido alvo de um processo evolutivo que reflete a própria abordagem teórica da intervenção associada ao planeamento. A abordagem recente designada por “planeamento

⁴⁸ “A rentabilização das infra-estruturas, evitando a extensão desnecessária das redes e dos perímetros urbanos e racionalizando o aproveitamento das áreas intersticiais” Lei nº48/98 de 11/8, Artº 6, alínea f)

⁴⁹Jane Silberstein e Chris Maser *Land use planning for sustainable development, Sustainable Community Development*, Cap.nº6 “Implementing the comprehensive plan”, 2000

ambiental” considera a componente ambiental como fator limitativo e condicionador de todas as intervenções sobre o território. Esta lógica surge, em grande medida da ineficácia do planeamento tradicional em lidar com a problemática ambiental e com a consolidação da esfera de influência das ciências ambientais e da salvaguarda dos recursos naturais. Nesta perspetiva, cabe ao planeamento, e em particular ao plano, através da definição dos usos e intensidades de usos, respeitar o solo como recurso natural, constituindo uma via para a operacionalização do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, o texto dá a conhecer o papel central que a comunidade assume no contexto do planeamento territorial. Existe uma cultura de participação pública na tomada de decisão e uma concertação entre os interesses públicos e privados. O trabalho elaborado efetua, sempre que possível, a transposição para o panorama nacional, concluindo que ainda há um vasto caminho a percorrer neste domínio, porque não basta prever a participação pública nas fases de inquérito dos IGT para que a mesma se torne efetiva.

Embora com menores consequências práticas, a unidade curricular Direito do Urbanismo e do Ordenamento do Território, também merece referência pois possibilitou a estruturação do raciocínio em matéria da política do ordenamento e do urbanismo no contexto das políticas públicas, da LBOT e do RJGIT e a articulação com outros domínios do Direito. A reflexão crítica sobre o edifício legislativo na perspetiva de um jurista permitiu a clarificação e a sistematização de aspetos como: distinguir o âmbito do ordenamento e o âmbito do urbanismo, a tutela administrativa nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, a função e natureza jurídica dos planos (o PDM, plano com características de ordenamento e os PU e PP, planos urbanísticos), a urbanização e a edificação dos solos, o direito da propriedade e direito da edificação e os mecanismos de execução de políticas urbanísticas (mecanismos de perequação e expropriação por utilidade pública).

A disciplina de Políticas de Urbanismo Comercial recuperou matérias abordadas na Licenciatura (na Geografia das Atividades Terciárias) e aprofundou o tema do urbanismo comercial, de onde se salienta: a problemática da gestão dos centros urbanos, a intervenção do poder público, os programas de revitalização dos centros de cidade e modelos inovadores de gestão (*Town Center Management* ingleses e os

Bussiness Improvements Districts norte americanos), as cartas de urbanismo comercial e a importância da figura do gestor de centro urbano. A apresentação de estudos de casos e de experiências internacionais serviu para enriquecer os conteúdos abordados.

A coincidência temporal entre a apresentação da candidatura da Amadora ao Programa URBCOM e a frequência desta unidade curricular repercutiu-se de forma decisiva para o desempenho profissional, que por sua vez contribuiu para a realização do trabalho de avaliação, uma vez que aluna lidava de perto com um caso prático. Com efeito, a aprendizagem académica forneceu as bases para enquadrar do ponto de vista concetual o PUC em curso, perceber as lógicas de atuação dos atores envolvidos (administração pública, empresários e associação comercial), a necessidade de instituir um modelo inovador de gestão do centro (unidade de acompanhamento e gestor de centro urbano) e os desafios a cumprir para garantir a sustentabilidade deste tipo de projetos no futuro.

A frequência da unidade Tecnologias de Informação Geográfica aconteceu num momento muito específico em que a DIG se encontrava a desenvolver as bases para a construção de um Sistema de Informação Geográfica no Município. A qualidade técnica demonstrada pelo corpo docente e a riqueza dos conteúdos, foram determinantes para desencadear o processo de celebração do protocolo com a Faculdade FCSH/UNL. Para além disso, a capacitação técnica da aluna saiu reforçada, porque apesar de conhecer as potencialidades de aplicação desta ferramenta em particular num Município, adquiriu um leque de conhecimentos sobre os SIG, tais como: componentes, aplicações, utilizadores, funções da análise espacial, georreferenciação, objeto vetorial e objeto *raster*, aquisição e integração de dados, entre outros.

Face à disparidade de conhecimentos dos alunos sobre os Sistemas de Informação Geográfica, o trabalho prático centrou-se na conceção e aplicação de um projeto SIG aplicado num determinado domínio. A aluna participou no desenvolvimento de um Projeto SIG de apoio à Proteção Civil, abordando os seguintes temas: enquadramento da problemática no contexto da administração local, potencialidades do SIG, vantagens na gestão do problema após a implementação do SIG (organizacionais, informação gerada, monetárias), análise custo-benefício,

metodologia (informação alfanumérica, de base e específica e cartografia digital, *hardware e software*), cronograma das ações e resultados.

Independentemente do contributo individual de cada unidade curricular para o desempenho profissional, não podemos deixar de referir que esta experiência académica veio reforçar os ensinamentos já retirados da licenciatura, dos quais se destacam: a capacidade de reflexão crítica, a capacidade para, autonomamente, conduzir uma investigação nos vários domínios da sua atuação, enquadrar do ponto de vista teórico os novos desafios que lhe vão sendo apresentados, saber interpretar os projetos segundo as diversas escalas de análise, reconhecer o seu papel no contexto das equipas multidisciplinares e ter uma leitura integrada dos fenómenos espaciais.

A necessidade de atualizar conhecimentos, quase como uma inquietação permanente, explica o retorno regular ao universo da academia, local privilegiado para a reflexão e debate, onde tantas vezes se encontram respostas para questões novas e complexas que vão surgindo no território, para as quais a experiência profissional embora alargada se revela, num determinado contexto, limitada ou insuficiente, num momento em que ao geógrafo é exigido um conjunto de competências e conhecimentos cada vez mais diversificado.

*Hoje em dia, no planeamento territorial existem geógrafos a exercer funções ou a desempenhar cargos de liderança, em empresas privadas, instituições públicas, da administração central, regional e administração local, institutos públicos, etc. A formação académica de um geógrafo dá-lhe competências e ferramentas que lhe permitem diversificar a sua atuação na gestão territorial. No ordenamento do território e no urbanismo, nos projetos de regeneração urbana, nas avaliações ambientais, nos estudos de acessibilidade e de mobilidade, ou na proteção de riscos, a sua atuação é cada vez mais expressiva. Muitas vezes não de uma forma isolada, mas estando integrados em equipas, ou mesmo, liderando essas mesmas equipas.*⁵⁰

Um técnico de planeamento tem de ter, como se sabe, uma enorme polivalência, o que significa que cada oportunidade de trabalho com que se defronta é mais um desafio que exercita a sua capacidade de reflexão, sistematização e ação.

⁵⁰ Ana Paula Ferreira “As novas competências do planeamento territorial”, comunicação apresentada no XII Colóquio Ibérico de Geografia, 2010

*Esse desafio é ampliado porque o atual momento é ainda especialmente complexo já que a para intensa competitividade que afecta os territórios (regiões, concelhos, cidades, áreas protegidas) na busca por atenção, investimentos, utilizadores, residentes emprego, surgem como em nenhum outro período, dinâmicas associativas “oportunistas” procurando ganhar escala e relevância na promoção e valorização de domínios concretos.*⁵¹

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Atividade Profissional pretende descrever o percurso profissional da candidata que desempenha funções no Município da Amadora, primeiro no Departamento de Administração Urbanística e depois na Divisão de Informação Geográfica, recorrendo à identificação dos trabalhos considerados de maior relevância. Neste domínio incluem-se, os estudos de apoio à decisão, mas também as nomeações em equipas de trabalho multidisciplinares, a orientações de estágios, a atividade como formadora, as apresentações públicas em contexto profissional e a participação em congressos como comunicadora.

A oportunidade de dedicar um capítulo à Divisão de Informação Geográfica relaciona-se com a necessidade de enquadrar as suas competências na orgânica do Município com reflexos diretos nas áreas de trabalho da candidata.

O valor acrescentado obtido com a frequência da componente curricular do Mestrado em Gestão do Território, área de especialização de Planeamento e Ordenamento do Território, foi determinante no seu desempenho profissional, devido à coincidência temporal entre os conteúdos abordados no universo académico e os trabalhos desenvolvidos no Município, no momento e em etapas subsequentes.

As competências profissionais adquiridas no âmbito da participação em ações de formação profissional e de conferências, seminários ou encontros, a maioria dos quais resultantes de autopropostas, são remetido para anexo próprio. Esta posição não significa uma desvalorização, pelo contrário, é através deste instrumento que a candidata, procurando novas abordagens conceptuais e metodologias inovadoras,

⁵¹ Jorge Gonçalves “Do planeamento territorial ao planeamento do desenvolvimento”, IST-CESUR comunicação apresentada no Encontro sobre os 10 anos da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo, AdUrbem , 2008

acrescenta valor aos seus trabalhos e mantém uma estreita relação com o meio académico.

É nesta lógica de enriquecimento contínuo, que projeta as próximas etapas do seu percurso profissional, esperando apresentar respostas adequadas aos desafios que vão sendo colocados ao Município e ao serviço municipal que integra, até porque se perspetiva um novo ciclo de planeamento, em circunstâncias muito distintas das verificadas na década de 90. Com efeito, passado um período de intensa infraestruturação do território (rede viária, cobertura de equipamentos, espaços verdes) com um quadro económico favorável à expansão urbana e com a disponibilidade financeira de origem comunitária, estamos perante um contexto de incerteza e de profundas e rápidas transformações a que o território não ficará indiferente.

Independentemente do projeto político traçado para a Amadora, os pressupostos que devem nortear as próximas políticas e instrumentos de ordenamento do território, não podem ignorar:

- o quadro estratégico para Portugal para o horizonte de 2025, vertido no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, que identifica vinte e quatro problemas que o País enfrenta e a que deverá dar respostas nos próximos anos, agrupando-o em seis domínios (i) Recursos naturais e gestão dos riscos, (ii) Desenvolvimento urbano e rural, (iii) Transportes, energia e alterações climáticas, (iv) Competitividade dos territórios, (v) Infraestruturas e serviços coletivos, (vi) Cultura cívica planeamento e gestão territorial;
- a visão estratégica para a Região de Lisboa em 2020⁵² e os domínios estratégicos e linhas de ação do PROTAML que o próximo PDM deve incorporar: Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo, Polinucleação e Compactação, Sustentabilidade e Sintonia com a Natureza, Dinâmica de Qualificação Territorial e Coesão Social;

⁵² “No horizonte de 2020 a Área Metropolitana de Lisboa transformar-se-á numa metrópole cosmopolita, de dimensão e capitalidades europeias relevantes, plenamente inserida na sociedade do conhecimento e na economia global, muito atractiva pelas suas singularidade e qualidade territoriais, natureza e posicionamento euro-atlânticos.

A sustentabilidade social e ambiental, o reforço da coesão sócioterritorial, a valorização da diversidade étnica e cultural, a competitividade internacional e a eficiência da governação são, nesse horizonte, condições e metas do desenvolvimento económico e social da Região”

Qualquer um dos documentos apresentados, atribui ao ordenamento à escala municipal um papel primordial, por constituir o meio de operacionalização das políticas e o nível em as questões se colocam com maior pertinência, estabelecendo os domínios concretos a acautelar em sede dos IGT.

Acrescem ainda, os grandes desafios que a agenda europeia coloca aos seus estados membros no domínio do ordenamento do território, como a sustentabilidade e a competitividade, consagrados em documentos como a Agenda Territorial da União Europeia (2007) e o Livro Verde da Coesão Territorial (2008). Cumpre aos IGT, em particular ao Plano Diretor Municipal, atendendo à sua vertente estratégia, considerar e compatibilizar estes desígnios. A sustentabilidade, entendida neste contexto, em dois planos: como o meio para alcançar um modelo alternativo de ocupação, menor consumidor de recursos, apostando na reversão de perímetros, na reabilitação da cidade consolidada e na eficiência energética; como meio para atingir a coesão territorial, esbatendo desequilíbrios territoriais e garantindo a distribuição equitativa de equipamentos e serviços. Por sua vez, a competitividade, compreendida como a capacidade dos territórios disputarem investimentos, num lógica concorrencial à escala global, gerando riqueza em benefício das empresas e das populações, sem no entanto, comprometer a sustentabilidade na sua perspetiva multidimensional.

Posto isto, cabe ao Município, atuando numa lógica de adaptabilidade às mudanças, munir-se de um instrumento de planeamento com orientações bem definidas mas suficientemente flexíveis para maximizar oportunidades inesperadas, evitando as consecutivas alterações extemporâneas. Neste contexto, importa proceder às alterações nos domínios organizacional e de procedimentos, por forma a instituir uma prática efetiva de avaliação e monitorização no planeamento, passando da visão centrada no plano-produto para a visão plano-processo.

IX.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Portuguesa do Ambiente (2007) – *Guia Agenda 21 Local-Um desafio para todos- Manual para a implementação da Agenda 21 Local*, APA, 44p.

Câmara Municipal da Amadora (2007)- *Relatório do Estado do Ordenamento do Território*, Departamento de Administração Urbanística/Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica 202p.

Comissão Europeia (1990)- *Livro Verde do Ambiente Urbano*

Comissão Europeia (1996)- *Cidades Europeias Sustentáveis*, Direção-geral XI Ambiente, Segurança Nuclear e Protecção Civil, Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, Bruxelas, disponível em <http://ec.europa.eu/environment/urban/pdf/rport-pt.pdf>

Comissão Europeia (2000)- *Programa Operacional da Sociedade de Informação* disponível em <http://www.qca.pt/pos/download/2000/posi.pdf>

Comissão Europeia (2007) *Agenda Territorial da União Europeia Adotada na reunião informal dos Ministros do Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial*, Leipzig, disponível em <http://www.dgotdu.pt/ue/VFFAgenda%20Territoria- 2009-1-10.pdf>

Comissão Europeia (2008)- *Livro Verde sobre a coesão territorial europeia: tirar partido da diversidade territorial*, Bruxelas disponível em http://www.dgotdu.pt/ue/LivroVerdeTC_pt.pdf

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2007)- *Lisboa 2020 Uma Estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa* disponível em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/documento-lisboa-2020/5093.htm>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2010) -*Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa – Proposta técnica final*. Versão disponível para discussão pública em <http://consulta-protaml.inescporto.pt/plano-regional>

- Conselho Europeu de Urbanistas (2003)- *A nova carta de Atenas 2003: a visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do séc. XXI*, disponível em http://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf
- Cerdeira do Coto, M. (2010)- “Parcerias para a Regeneração Urbana: uma prévia avaliação da aplicação deste instrumento de política urbana”, *XII Colóquio Ibérico de Geografia*, APG/AGE, Porto, 6 a 9 de Outubro disponível em <http://web.letras.up.pt/xiicig/resumos/267.pdf>
- Direção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (2011)- *Glossário do Desenvolvimento Territorial, Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa*, 36p. disponível em http://www.dgotdu.pt/filedownload.aspx?schema=ec7b8803-b0f2-4404-b003-8fb407da00ca&channel=C4193EB3-3FA7-4C98-B8CA-D6B9F5602448&content_id=1CE61C8D-5E46-494B-BD7D-4DDB21582ABB&field=file_src&lang=pt&ver=1
- Ferreira, A. (2010)- “As novas competências do planeamento territorial”, *XII Colóquio Ibérico de Geografia*, APG/AGE, Porto, 6 a 9 de Outubro de 2010, disponível em <http://web.letras.up.pt/xiicig/resumos/295.pdf>
- Ferrão, J. (2006)- discurso do Secretário de Estado de Ordenamento do Território e das Cidades na *II Conferência Ordenamento do Território e Revisão dos PDM'S Comemorações dos 30 Anos de Poder Local Democrático*, Covilhã, disponível em <http://www.anmp.pt/anmp/age/conf/2006/covilha/doc/intSEOTC.pdf>
- Galvão, S. (2008)- “Repensar o Planeamento Local: Que Soluções para a Rigidez das Normas dos Planos Municipais”, cit. Pardal S., in *Seminário Os dez anos da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo-Génese e evolução do sistema de gestão territorial, 1998-2008*, AdUrbem, disponível em <http://www.adurbem.pt/images/stories/ficheiros/encontro/SGALVAO.pdf>
- Gonçalves, J. (2009)- “Colmatar a deriva urbanística do planeamento municipal: remediação ou oportunidade”?, *Infogeo*, nº 24, APG, pp. 147-157 disponível em http://www.apgeo.pt/files/docs/Inforggeo24/Inforggeo24_147_157.pdf

- Gonçalves, J. (2008) – “Do Planeamento territorial ao planeamento do desenvolvimento”, in *Seminário Os dez anos da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo-Génese e evolução do sistema de gestão territorial, 1998-2008*, AdUrbem, disponível em <http://www.adurbem.pt/images/stories/ficheiros/encontro/Goncalves.pdf>
- Guimarães, P. (2010)- “Por uma gestão comum de áreas urbanas – a figura do gestor de centro urbano no âmbito do URBCOM”, *XII Colóquio Ibérico de Geografia*, APG/AGE, Porto, 6 a 9 de Outubro de 2010, disponível em <http://web.letras.up.pt/xiicig/resumos/57.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística (1999)- *Tipologia socioeconómica da Área Metropolitana de Lisboa*, INE/AML, Lisboa, 97p.
- Julião, R. P. (coord.) (2009)- *Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a criação de Sistemas de Informação Geográfica de base municipal*, Autoridade Nacional da Proteção Civil/ Direção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano /Instituto Geográfico Português
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (s.d.)-*Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, disponível http://www.territorioportugal.pt/pnpot/Storage/pdfs/PNPOT_PROGRAMA_D_E_ACCAO.pdf
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (2008)- *Portugal, Política de Cidades Polis XXI (2007-2013)*, disponível em <http://www.dgotdu.pt/pc/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf>
- Mota, I. et all (s.d.) – *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável ENDS 2005-2015*, Direção Geral do Ambiente, disponível em <http://www.dpp.pt/pt/ENDS2015/Paginas/default.aspx>
- Pereira, M. (2003)- “Os próximos desafios do planeamento municipal”, *GeoInova*, nº7, pp. 179-199
- Silberstein J. e Maser C. (2000)- *Land use planning for sustainable development, Sustainable Community Development*, CRC Press, London, 232 p.

Legislação

Decreto-Lei nº 159/99, de 14/9 DR I Série-B Nº215 – Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais

Lei 169/99, de 18/9 DR I Série-A Nº 219 - Estabelece o quadro de competência e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias

Decreto-Lei nº 91/95, de 2/9 DR I Série-A Nº203 -Processo de Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal

Lei nº48/98, de 11/8 I Série-A Nº 184- Estabelece as bases da política de ordenamento do território e do urbanismo

Decreto-Lei nº380/99, de 22/9 I Série-A Nº 222- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Decreto-Lei nº555/99 de 16/12 I Série-A Nº 291- Estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

Resolução de Conselho de Ministros nº 44/94, de 22/6 DR I Série -B nº142- Publica o Plano Diretor Municipal do Município da Amadora

Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/98, de 21/8 DR I Série-B, N.º 192- Publica o Plano de Pormenor da Encosta Norte da Serra de Carnaxide

Decreto-Lei nº 69/90, de 2/3 I Série Nº51- Regula a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território

Lei nº56/2007 de 31/8 DR I Série Nº168 – Obrigatoriedade de transcrição digital georreferenciada dos Planos Municipais de Ordenamento do Território

Decreto Regulamentar nº9/2009 de 29/5 DR I Série Nº104 – Fixa os conceitos técnicos nos domínio do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar pelos IGT

Decreto Regulamentar nº10/2010 de 29/5 DR I Série Nº104 – Fixa a cartografia a utilizar nos IGT bem como na representação de quaisquer condicionantes

Decreto Regulamentar nº11/2011 de 29/5 DR I Série Nº104 – Regulamenta a classificação e qualificação do solo

Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2004 de 18/2 DR I Série-B Nº 41- Suspensão parcial do PDM da Amadora

Portaria nº 290/2003, de 5/4 do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente DR I Série-B Nº81 – Regulamenta o processo de acompanhamento, da elaboração, da alteração e revisão dos planos diretores municipais e a composição da Comissão Mista de Coordenação

Declaração nº 256/2001, de 24/8 DR II Série Nº 196- Publica o Plano de Urbanização da Amadora Zona Nascente

Aviso n.º 14634/2010, de 23/7 DR II série N.º 142- Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais

Avisos n.ºs 22970 e 22971/2010, de 10/11 DR II série N.º 218 – Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais

Decreto-Lei n.º 226/2009, de 14/9 I DR Série N.º 178- Estabelece as normas a que devem obedecer o XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação

Lei n.º 22/2012, de 30/5 DR I Série Nº105- Regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica

Lei nº67-A/2007, de 31/12 DR I Série N.º 251-1.º Suplemento- Lei do Orçamento de Estado de 2008

Decreto-Lei nº 215/89, de 1/7 DR I Série Nº149- Estatuto dos Benefícios Fiscais

Lei nº6/2006, de 27/2 DR I Série-A Nº 41-Novo Regime de Arrendamento Urbano

Decreto-Lei nº292/2000, de 14/11 DR I Serie-A nº263- Regulamento Geral do Ruído

Despacho n.º10856/2003, de 31/5 do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente II Série DR N.º 126 – Regulamenta as candidaturas para obtenção de apoios financeiros para a elaboração da Carta de Ruído

Resolução nº25/2008, de 18/7 da Comissão Nacional de Proteção Civil DR II Série,nº138- Fixa os critérios e normas a observar na elaboração do Plano Municipal de Emergência

Lei nº58/2007, de 4/9 DR I Série Nº170- Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Portaria 317-B/2000, de 31/5 da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, da Economia e do Planeamento DR I Serie Nº 126 - Define as regras de candidatura e de concessão de apoios financeiros a projetos de urbanismo comercial, no âmbito do Programa Operacional da Economia

Portaria 113-A/2002, de 7/2 DR I Série I-B Nº 32 1º Suplemento - Altera a Portaria n.º 317-B/2000, de 31 de Maio, que cria e regulamenta o Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial (URBCOM)

Despacho 5293/2002, de 9/3 do Ministério da Economia DR II série Nº58 – Define os critérios para seleção e avaliação dos Programas de Urbanismo Comercial

Despacho nº26566/2002, de 29/11 do Ministério da Economia DR II Série Nº291- Limita a apresentação de candidaturas ao Programa Operacional de Economia para projetos localizados na região de Lisboa e Vale do Tejo

Portaria nº188/2004, de 26/2 dos Ministérios das Finanças, da Economia e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente DR I Série B Nº48 - Aprova o Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial (URBCOM)

Despacho nº26181/2005, de 20/12 do Ministério da Economia e Inovação DR II Série Nº142 – Define as despesas elegíveis no que respeita às candidaturas a apresentar pelas estruturas associativas, no âmbito do Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial.

Outros documentos consultados

Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis (2007) disponível em http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs_ref/Documents/Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Internacional/Carta%20de%20Leipzig.pdf

Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013) disponível em <http://www.qren.pt/>

Programa Operacional Regional de Lisboa (2007-2013)- disponível em <http://www.porlisboa.qren.pt/np4/file/1/2007PT162PO001.pdf>

Aviso n.º 5 - Programas de Ação no âmbito de Política de Cidades- Parcerias para a Regeneração Urbana, disponível em http://www.porlisboa.qren.pt/np4/file/23/aviso5_pru.pdf

Orientação Técnica nº3/2006 Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana- “Programas integrados de criação de Eco-Bairros, disponível em http://www.porlisboa.qren.pt/np4/file/23/ot3_pru.pdf

X. ANEXOS

X.1. Excerto do Despacho Nº 20 160/2001, de 25/9 DR II Série Nº223 do Secretário de Estado da Administração Local -Conteúdo funcional da carreira de geógrafo

Grupo de pessoal técnico superior:

Carreira: geógrafo:

Estuda fenómenos físicos e humanos do território no que respeita às suas distribuições espaciais e interligações às escalas local, regional e nacional;

Efectua estudos sobre o ambiente natural, o povoamento, as actividades dos grupos humanos e os equipamentos sociais nas suas relações mútuas, fazendo observações directas ou interpretando e aplicando resultados obtidos por ciências conexas;

Efectua estudos em diversos domínios, nomeadamente localização e distribuição espacial de infra-estruturas, população, actividades e equipamentos, ordenamento do território, desenvolvimento regional e urbano, planeamento biofísico e riscos ambientais, defesa e salvaguarda do património natural ou construído com vista ao arranjo do espaço e à melhoria de vida das populações;

Recorre, com frequência, a tecnologias informáticas, como no caso dos sistemas de informação geográfica que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação especialmente referenciada, produzindo diversos tipos de documentos geográficos de relacionamento dos fenómenos.

X.2. Excerto do Artº2 do Despacho nº10607/2009, de 23/4 DR II série Nº79 – Objetivos do curso de Mestrado em Gestão do Território, na área de especialização de Planeamento e Ordenamento do Território

C) A área de especialização em Planeamento e Ordenamento do Território tem como objetivo a aquisição pelos alunos dos seguintes conhecimentos e competências: Aprofundar os conhecimentos teóricos e metodológicos do Ordenamento e Gestão do Território;

- 1) Capacitar para o desenvolvimento de aplicações originais e trabalhos de investigação na área da especialização*
- 2) Aplicar metodologias e técnicas de análise espacial, diagnóstico e prospetiva;*
- 3) Ter capacidade científica e técnica especializada para elaborar instrumentos de desenvolvimento e de planeamento territorial*
- 4) Desenvolver competências para analisar as repercussões das decisões técnicas e políticas no território*
- 5) Conduzir e desenvolver estudos e projetos nas áreas do Planeamento, Ordenamento e Gestão do Território*
- 6) Avaliar, científica e tecnicamente, estudos e projetos nos domínios da área de especialização*
- 7) Aplicar conhecimentos e competências na resolução de questões novas e/ou complexas, em contextos multidisciplinares.*
- 8) Comunicar o conhecimento e o saber fazer nos domínios da Geografia e Gestão do Território a públicos diferenciados*

X.3. Competências da Divisão de Informação Geográfica do Município da Amadora

Artigo 29.º

Divisão de Informação Geográfica

À divisão compete:

- a) Conceber, gerir e manter a infra-estrutura de dados espaciais (IDE) do município da Amadora;*
- b) Elaborar manuais relativos às melhores práticas de acesso e utilização de informação geográfica e assegurar formação aos utilizadores;*
- c) Elaborar protocolos para coordenação e execução de tarefas com as unidades orgânicas a fim de actualizar, organizar e integrar a informação geográfica e estatística na IDE, coordenando procedimentos de harmonização e integração;*
- d) Estabelecer gradualmente, nas principais unidades orgânicas, núcleos e, ou postos SIG sob coordenação técnica desta unidade orgânica que deverão manter a informação de acordo com uma gestão centralizada do processo de implementação da infra-estrutura de dados espaciais, mas na dependência funcional dos respectivos dirigentes;*
- e) Colaborar com a unidade orgânica competente na concepção e implementação de serviços internos de informação geográfica de apoio ao licenciamento, manter actualizadas as bases espaciais de operações urbanísticas e definir os requisitos técnicos que deverão obedecer os projectos de loteamento e de obras particulares para incorporação na infra-estrutura de dados espaciais;*
- f) Criar serviços de Informação Geográfica na Intranet suportados em WebGIS vocacionados para a consulta de temáticas das diversas unidades orgânicas;*
- g) Definir o conteúdo técnico, manutenção e desenvolvimento da Plataforma de Plantas de Localização em estreita ligação com as unidades orgânicas competentes;*
- h) Definir os modelos de dados de informação geográfica municipal;*
- i) Adquirir e manter bases cartográficas homologadas, pela respectiva autoridade nacional, cumprindo a legislação específica de cartografia e o quadro legal que regula a elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território;*

j) Produzir e manter a cartografia de referência e temática de apoio ao ordenamento do território e actividade municipal;

k) Participar na definição dos processos de desmaterialização, organização e acesso em arquivo de documentos cartográficos, para articulação com a IDE, em ligação estreita com as unidades orgânicas competentes;

l) Promover a execução de levantamentos topográficos junto da unidade orgânica competente e reforçar a complementaridade deste serviço nos projectos de cadastro predial: SINERGIC, Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação

Cadastral;

m) Constituir em estreita articulação com a unidade orgânica competente a Base de Dados Geográfica Toponímica que alimentará os sistemas de informação centrais do Município;

n) Implementar e gerir o GeoPortal do município de acordo com as regras da directiva Inspire e em estreita ligação ao SNIG, sistema nacional de informação geográfica

o) Criar e manter serviços de informação geográfica, cartografia de base e temática na Internet destinados ao cidadão, empresas e outros agentes;

p) Desenvolver e manter actualizada a base de informação estatística sobre a Amadora;

q) Conceber, gerir e manter de forma integrada coma infraestrutura de dados espaciais (IDE), a plataforma geoestatística do município;

r) Assegurar que os planos, estudos e projectos municipais nos domínios do ordenamento do território e urbanismo, das infraestruturas e dos equipamentos, bem como as intenções de intervenção territorial dos diversos serviços sejam incorporados na IDE para apoio à gestão do território;

s) Acompanhar o desempenho das políticas sectoriais locais de incidência territorial designadamente através da elaboração das cartas de equipamentos e de outras temáticas;

- t) Conceber e desenvolver um sistema de monitorização da execução do PDM, dos planos de urbanização e de pormenor, em estreita ligação com a unidade orgânica competente;*
- u) Elaborar e monitorizar as cartas de equipamentos em colaboração com as diversas unidades orgânicas;*
- v) Elaborar o REOT e apoiar o processo de revisão do PDM fornecendo informação estatística e geográfica e elaborando estudos de caracterização e diagnóstico;*
- w) Elaborar e coordenar estudos nos âmbitos do sistema urbano, demografia, equipamentos, sócioeconomia, urbanismo comercial, reabilitação urbana e ambiente, a diferentes escalas;*
- x) Colaborar com as unidades orgânicas no preenchimento de inquéritos e na fundamentação de candidaturas ao QREN e outros quadros de financiamento;*
- y) Acompanhar a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação no município;*
- z) Estabelecer e promover entre as unidades orgânicas a difusão e partilha de informação geográfica sobre instrumentos de gestão territorial.*

X.4. Formação profissional

Geografia, Planeamento e Ordenamento do Território

- 2012 Dinâmica Fluvial e Ordenamento do Território
Unidade Curricular do Mestrado em Geografia Física e Ordenamento do Território do IGOT-Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa, Lisboa
- 2011 Leitura e Interpretação de Cartas de Solos
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto- Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento Território, Porto
- 2011 Censos 2011
Instituto Nacional de Estatística
- 2010 Curso de Fundamentos em Protecção Civil
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa
- 2010 Estudos pós-graduados em Regeneração Urbana
IGOT-Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa
- 2008 Ciclo de Estudos Cidades e Políticas Urbanas para a Sustentabilidade
Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa
- 2008 Prospetiva e Planeamento Territorial
Escola de Verão da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Ordenamento Jurídico

- 2011 Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL 380/99 de 22/9 com a redação dada pela DL 46/2009 de 20/2)
Câmara Municipal da Amadora/Gabinete de Formação

2009 Avaliação Ambiental Estratégica de Planos Municipais de Ordenamento do Território

Associação Portuguesa de Planeadores do Território, Almada

2007 Código da Contratação Pública com a duração de 24 horas

Câmara Municipal da Amadora/Gabinete de Formação

2004 Direito do Ambiente

Câmara Municipal da Amadora/Gabinete de Formação, Amadora

Sistemas de Informação Geográfica

2008 Munisig Web

ESRI Portugal, Lisboa

2006 Introdução ao ArcGis (9.x) nível I

ESRI Portugal, Lisboa

2006 Introdução ao ArcGis (9.x) nível II

ESRI Portugal, Lisboa

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

2003 Planeamento e Implementação da Agenda 21 Local

Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências e Tecnologia

Informática

2010 Análise de Dados em SPSS I

Escola de Verão da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

2008 Excell

Câmara Municipal da Amadora/Gabinete de Formação

2003 Access 2000 Nível I

Câmara Municipal da Amadora Gabinete de Formação, Amadora

X.5. Participação em Seminários/Conferências/Congressos

Geografia, Planeamento e Ordenamento do Território

- 2012 Da Reabilitação Urbana à Reabilitação da Urbanidade
Câmara Municipal da Amadora
- 2011 VI Conferência do “Dia Internacional para a Redução dos Desastres Naturais”
Câmara Municipal da Amadora
- 2011 Conferência Internacional “Ética e território”
Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa
- 2010 Congresso “Planeamento Municipal Balanços e Desafios”
IGOT-Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa, Lisboa
- 2009 Ciclo de Workshops: As formas e o Funcionamento das Cidades e o desafio da sustentabilidade”
1º Workshp: Que formas urbanas para as Cidades Sustentáveis do Futuro”
Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa
- 2009 Conferência “Planeamento Urbano-Novos desafios”
Lisboa E-Nova Agência Municipal de Energia, Lisboa
- 2009 VII Congresso da Geografia Portuguesa – Trunfos de uma Geografia ativa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia
Associação Portuguesa de Geógrafos e Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra, Coimbra
- 2008 Reabilitação Urbana Sustentável
Lisboa E-Nova Agência Municipal de Energia, Lisboa

- 2007 Conferência “Os novos desafios do Poder Local”
Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa
- 2006 XII Encontro da Associação de Urbanistas Portugueses sob o tema
“Operacionalização dos Instrumentos de Gestão Territorial”
Associação de Urbanistas Portugueses, Almada
- 2005 Encontro “Cidade, Ambiente e Saúde”
Câmara Municipal da Amadora, Amadora
- 2005 2º Seminário de Engenharia do Território sob o tema “Territórios (i)Limitados”
Instituto Superior Técnico, Lisboa
- 2005 I Jornadas de Reflexão do Ordenamento do Território da Área Metropolitana
de Lisboa
Grande Área Metropolitana de Lisboa, Seixal
- 2005 “Visão Estratégia e o novo Plano Director Municipal de Lisboa”
Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa
- 2004 Jornadas e-Geo
UNL/FCSH/e-Geo Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional,
Lisboa
- 2002 Seminário “Planeamento e Desenvolvimento da Área Metropolitana de
Lisboa”
Área Metropolitana de Lisboa, Mafra
- 2001 IV Congresso da Geografia Portuguesa sob o Tema “Geografia: Territórios de
Inovação”
Associação Portuguesa de Geógrafos

Urbanismo Comercial

- 2010 Seminário “O regresso ao comércio de rua. É possível?”
Lisboa E-Nova Agência Municipal de Energia, Lisboa

- 2002 Colóquio “Que Futuro(s) para o Comércio”?
Observatório do Comércio, Lisboa
- 2002 Colóquio “Urbanismo Comercial”
Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência, Luso
- 2001 “Comércio e consumo na Cidade Pós- Moderna - A intervenção ainda faz sentido?”
Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- 2003 1º Encontro Nacional de Dinamizadores da Sustentabilidade Local
Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências e Tecnologia
- 2009 GLOCAL 2009 “Pensar Global, Agir Local”
Câmara Municipal de Cascais e Universidade Católica Portuguesa

Sistemas de Informação Geográfica

- 2009 EUE 2009 7º Encontro de utilizadores ESRI
ESRI Portugal – Sistemas de Informação Geográfica
- 2008 EUE 2008 6º Encontro de utilizadores ESRI
ESRI Portugal – Sistemas de Informação Geográfica
- 2007 Conferência “STIG- Saúde e Tecnologias de Informação Geográfica”
Universidade Nova de Lisboa/GEOPOINT
- 2002 “ESIG 2002” VII Encontro de Utilizadores de Informação Geográfica
Associação de Utilizadores de Informação Geográfica

X.6. Certificados de presença em Congressos como comunicadora

VII CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA

CERTIFICADO

A Associação Portuguesa de Geógrafos

Certifica que a comunicação/poster intitulada(o)


APLICAÇÃO DO CONCEITO DE ECO-BAIRRO NUM BAIRRO DO MUNICÍPIO DA AMADORA: UMA ABORDAGEM EXPERIMENTAL

de que é (são) autor(es) Susana Pereira

foi apresentada(o) no **VII Congresso da Geografia Portuguesa, Trunfos de uma Geografia activa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia**, que teve lugar de 26 a 28 de Novembro de 2009, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra e que foi organizado pela Associação Portuguesa de Geógrafos e pelo Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra.

Coimbra, 28 de Novembro de 2009.

A Comissão Organizadora



CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Certifica-se que

Susana Pereira participou no Congresso "Planeamento Municipal: balanços e desafios", organizado pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), nos dias 4 e 5 de Novembro de 2010, onde apresentou uma comunicação intitulada: **"Que espaço para os espaços verdes públicos? Efeitos de uma política de requalificação urbana"**.

A organização



IGOT-UL

IGOT - UL
Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa